



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

13ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA

OBJETIVO: Discutir o processo de transposição dos servidores
e servidoras do ex-território e a agilização da PEC 47 que
tramita na Câmara Federal.

EM: 23.10.2023

INICÍO: 14h53min

PRESIDENTE: SRA. CLÁUDIA DE JESUS

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônias) - Senhoras
e senhores, sejam todos muito bem-vindos. A Assembleia
Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento
nº 565/2023, de autoria da Excelentíssima Senhora Deputada
Cláudia de Jesus, após aprovação em plenário, realiza
Audiência Pública para discutir o processo de transposição
dos servidores e servidoras do ex-território e agilização da
PEC 47 que tramita na Câmara Federal.

Agradecemos desde já a todos que nos acompanham por meio virtual, seja pela página oficial da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, do Facebook, do Youtube e também pela TV Assembleia, canal 7.2.

Convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública a Excelentíssima Senhora Deputada Estadual Cláudia de Jesus, proponente desta Audiência Pública;

O Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Ribeiro do Sinpol;

O Senhor Elton Parente de Oliveira, Diretor de Previdência, neste ato representando o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos – IPERON;

O Senhor João Bosco Costa, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – DIGEP/RO;

A Senhora Lionilda Simão de Souza, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia – Sintero;

O Excelentíssimo Senhor Silvio Luiz Rodrigues da Silva, Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas – SEGEP, neste ato também representando a SEPOG/RO (Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão);

O Senhor Nereu José Klosinski, Diretor do Sintero, Representação de Assuntos Federais;

A Senhora Célia Aparecida de Campos, Presidente do Sindicato dos Servidores da Saúde de Rondônia, Sindsaúde;

O Senhor Evaniel Medeiros de Brito, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações do Estado de Rondônia – Sinttel/RO;

Neste momento, a Excelentíssima Senhora Deputada Estadual Cláudia de Jesus procederá à abertura oficial desta Audiência.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Muito boa tarde a todos os senhores e senhoras. Sejam todos muito bem-vindos nesta Casa Legislativa para que a gente possa realizar essa Audiência Pública.

Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para discutir o processo de transposição dos servidores e servidoras do ex-território e a agilização da PEC 47 que tramita na Câmara Federal.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônias) - Estando a Mesa dos trabalhos composta, convido todos para que, em posição de respeito, cantemos o Hino "Céus de Rondônia" (Letra de Joaquim Araújo Lima, e Música de José de Mello e Silva).

(Execução do Hino "Céus de Rondônia")

Registramos e agradecemos a presença das seguintes pessoas e entidades:

Membros da Diretoria da CUT/RO - Central Única dos Trabalhadores;

Senhor Denyvaldo dos Santos Pais Júnior, Advogado do Sindicato dos Bancários e Trabalhadores do Ramo Financeiro de Rondônia - SEEB/RO;

Senhor Wanderson Modesto, Secretário Jurídico, representante dos Sindicatos dos Bancários e Trabalhadores do Ramo Financeiro de Rondônia - SEEB/RO;

Senhor Evaniel Medeiros de Brito, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Estado de Rondônia - SINTTEL/RO;

Senhor Orisvaldo Bezerra de Sales, Coordenador da Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho;

Senhor Mirim Luiz Brito, Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo do Estado de Rondônia, SINDLER/RO;

Senhora Adeilza Coutinho, Presidente da Comissão dos Ex-funcionários do BERON (Banco do Estado de Rondônia);

Senhora Catarina Raquel Sousa Souto, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Entidades Sindicais e de Classe no Estado de Rondônia, SINTES/RO;

Senhor Emílio Márcio de Albuquerque, Presidente do Sindicato dos Analistas Tributários do Estado de Rondônia, SINAFISCO/RO;

Senhora Ellis Regina Batista Leal Oliveira, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Porto Velho - SINDEPROF;

Senhor Joelson Chaves de Queiroz, Secretário-Geral e Representante do Sindicato dos Professores e Professoras - SINPROF/RO;

Senhora Angela Souza, assessora representando a Associação dos Servidores em Transposição do Ex-Território para o Estado de Rondônia - ASSERTRON;

Senhora Claudir Mata Magalhães de Sales, Secretária Executiva da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE;

Senhora Flávia Hiromi Takahashi, representando o Sindicato dos Servidores Públicos Federais - SINDSEF/RO;

Senhora Elzilene do Nascimento Pereira, Presidente da Central Única dos Trabalhadores de Rondônia - CUT/RO;

Senhor Valter Belarmino, Diretor da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Marechal Castelo Branco;

Senhora Lúcia Amaral, Integrante do Grupo de Professores Transpostos Aposentados;

Senhora Doralice Alves, representando a Escola Estadual Professora Doralice Sales Cavalcante, de Nova Mamoré;

Senhora Lourdes Aparecida Brito, merendeira, nesse ato, representando a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Barão do Solimões;

Senhora Jéssica Tolentino Paes Mingardo, Advogada do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Rondônia - SINPOL;

Senhora Rosa Negra Ferreira, Coordenadora Nacional do Movimento Negro Unificado de Rondônia - MNU;

Após o agradecimento e o registro das presenças de todas as autoridades, pessoas e entidades aqui presentes, neste momento a Excelentíssima Senhora Deputada Cláudia de Jesus conduzirá a presente Audiência Pública.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Mais uma vez, sejam todos muito bem-vindos a esta Casa de Leis. Essa Audiência Pública tem como objetivo de a gente tratar a PEC

da Transposição, a Emenda 47, hoje, que tramita na Câmara Federal. E a demanda dessa Audiência Pública foi uma reivindicação que recebemos pelo nosso mandato através do Sintero e dos demais sindicatos, Sindsaúde, e várias representações que representam os trabalhadores e trabalhadoras do nosso Estado de Rondônia. E esse espaço é pertinente para isso mesmo, para fazer o debate, para que a gente possa realmente nos organizar e entender o que isso significa para os trabalhadores do nosso Estado, mas também para o Estado de Rondônia, o impacto positivo que isso gera também para o nosso Estado.

E a gente precisa, como classe política, povo organizado, instituições que têm esse poder de decisão, se unir para que a gente possa fazer gestão junto ao governo federal para que isso de fato aconteça.

A gente sabe que essa história começou lá atrás, através da nossa ex-senadora Fátima Cleide, quando fez a proposição da Emenda Constitucional 60. A Fátima foi uma grande guerreira, que começou na defesa do nosso Estado, na defesa dos trabalhadores, e hoje a gente retoma isso com muita força, acreditando na força do nosso povo; também precisando do apoio do governo federal, mas também especialmente da bancada federal do nosso Estado, para que se faça gestão, para que essa PEC hoje que tramita naquela Casa possa de fato ser pautada e que essa realidade se transforme aqui em Rondônia, e que isso aconteça de fato a todos os trabalhadores.

Para que a gente possa contextualizar toda a trajetória dessa PEC que já iniciou desde a proposição da nossa ex-senadora e que hoje já tramita novamente, foi aprovada no Senado como a PEC 07 e hoje está como a PEC 47 na Câmara Federal, eu quero convidar o Nereu para que ele possa fazer uma exposição para nós com bastante propriedade.

Depois também nós iremos ouvir o senhor José Anchieta, que é o assessor do Senador Randolfe Rodrigues, e depois também a gente vai ouvir a nossa ex-senadora.

Mas, antes de passar para o Nereu, eu quero aqui fazer os agradecimentos de forma muito especial a todos vocês que se fazem presentes aqui, que representam os diversos sindicatos, as organizações, o Sintero, mas também quero aqui cumprimentar o meu companheiro, o Deputado Estadual Ribeiro, que nos honra aqui com a sua presença e que é um grande defensor dos trabalhadores do nosso Estado.

O Deputado Ribeiro acompanhou a votação no Senado dessa PEC 07, e hoje também está aqui para contribuir. Ele está muito envolvido nesse processo. Eu agradeço, Deputado Ribeiro, por você estar aqui. A gente precisa realmente, dentro desta Casa Legislativa, "engrossar o caldo", porque a gente não tem poder de decisão diretamente, mas indiretamente a gente pode fazer uma grande gestão, hoje, junto com a nossa bancada, pedindo apoio, fazendo documentos, e o Deputado Ribeiro já tem feito isso. Neste momento, a gente se une aqui para poder também articular com os demais deputados.

Quero também aqui agradecer ao senhor Sílvio Luiz Rodrigues da Silva, Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas, da SEGEP, que se faz presente aqui conosco na Mesa. Seja muito bem-vindo, obrigado pela presença.

Também quero aqui agradecer do senhor Elton Parente de Oliveira, Diretor de Previdência, neste ato representando o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos - Iperon. Seja muito bem-vindo aqui conosco.

Quero também aqui cumprimentar o senhor João Bosco Costa, que representa aqui o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, através da DIGEP.

Também quero cumprimentar a nossa companheira e presidente do Sintero, a Lionilda Simão. Seja muito bem-vinda. A Léo foi uma das pessoas que esteve junto também ao nosso gabinete reivindicando para que nós pudéssemos fazer esta Audiência Pública.

Quero aqui também fazer o cumprimento à Célia Aparecida de Campos, que é presidente do Sindicato dos Servidores de Saúde do nosso Estado de Rondônia. Seja muito bem-vinda. Obrigada por também estar contribuindo com essa pauta tão valorosa.

Cumprimentar também o senhor Evaniel Medeiros de Medeiros, presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicação do Estado de Rondônia, Sinttel. Seja bem-vindo aqui conosco.

Também quero cumprimentar a todos que nos assistem de forma remota, à distância, através do Youtube, das redes sociais. Obrigada pela participação de vocês. Teremos também algumas participações aqui por via remota também conosco.

Dando prosseguimento, a gente compartilha essa responsabilidade desse debate organizado aqui com o nosso companheiro. Depois que a gente ouvir essas três contribuições de fala, nós abriremos para o auditório para que a gente possa ouvir também a nossa plenária. A gente vai conceder o direito a dez inscrições para poder contribuir com o tema. Depois retornaremos para a Mesa para ouvir as autoridades presentes que também vieram aqui para contribuir.

Neste momento agora, eu convido o Nereu para que ele possa fazer uma explanação para nós.

O SR. NEREU JOSÉ KLOSINSKI - Boa tarde a todos e a todas. Eu quero, para ganhar tempo, saudar a Mesa na pessoa da proponente da Audiência Pública, a Deputada Cláudia de Jesus e os nossos companheiros e companheiras aqui ansiosos para que a gente consiga resolver mais uma batalha da transposição.

A minha tarefa aqui é mais clarear quem está dentro da proposta, pelo menos, aprovada no Senado. É importante lembrar para os companheiros e para as companheiras que lá em 2003 quando a então Senadora Fátima Cleide propôs a PEC - não lembro o número que ela se originou no Senado, mas ela acabou sendo aprovada na Câmara depois como Emenda Constitucional 60. Já naquela data, a Senadora Fátima Cleide propôs a transposição aos quadros da União os profissionais contratados a partir da transformação do território em Estado até 10 anos após isso. Então, como o território foi transformado em Estado em 1981, até 1991. A proposta original da então Senadora Fátima Cleide foi exatamente 10 anos, por quê? Porque existe a Lei Federal nº 41 que, ao transformar território em Estado, diz que a União ficará responsável por 10 anos até o Estado se estruturar.

Com essa tese, a Senadora Fátima Cleide propôs a Emenda Constitucional para, justamente resolver essa questão, porque, se a União era responsável por 10 anos após a transformação em Estado, ela tinha que efetivamente contratar esses profissionais. Então, a Senadora Fátima Cleide fez isso. Aprovou no Senado, porém nós sabemos que ela precisa tramitar nas duas Casas em duas votações. Quando ela foi para o Congresso Nacional, para a Câmara Federal, na Câmara Federal fizeram a alteração, os deputados federais da época fizeram a alteração e excluíram uma parcela desse pessoal. Excluíram uma parcela de pessoal colocando da data da transformação do território em Estado até a posse do

primeiro governador eleito, que foi 15 de março de 1987. Está certo? Então, essa é a primeira situação.

Depois vieram as demais PEC's que contemplaram Amapá e Roraima, não precisa falar aqui nessa questão, apenas que em uma das PEC's – talvez o Evaniel fale –, foi incluída a questão das autarquias. Mas, resumindo, a situação original é essa. O que aconteceu? Como foi retirado na Câmara Federal essa parcela de profissionais, o que ocorreu? O Senador Randolfe Rodrigues, do Amapá, propôs uma nova PEC no Senado.

Então em 2018, essa PEC já está tramitando, só para vocês terem uma ideia, desde 2018 no Senado e somente há poucos dias eu e o companheiro Manoel, do Sintero, também estivemos acompanhando a votação, junto com a Fátima Cleide e vários outros. Houve uma caravana de profissionais aqui com os companheiros do Sindsef (Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Rondônia) e outras pessoas participaram efetivamente aqui dessa mobilização e da aprovação no Senado.

O que foi aprovado no Senado? É importante a gente ter clareza aqui e dizer assim: está garantido? A gente espera que sim, porque o nosso projeto é agora fazer com que na Câmara Federal seja aprovado da forma como foi no Senado. A nossa tarefa aqui, quando a gente pede apoio aos deputados estaduais, estamos pedindo apoio aos deputados federais, é que eles aprovem da forma como ela foi aprovada no Senado.

E se eles aprovarem da forma como foi aprovada no Senado, vai garantir, então, a efetiva transposição aos quadros da União – claro, quem quiser, vai ter o período para optar, vai ter toda uma situação. Não é obrigado, porque tem algumas carreiras, por exemplo, elas são mais vantajosas no Estado de Rondônia do que na União. Então, você não é obrigado a ir para os quadros da União, mas você vai ter a

oportunidade de optar, para quem foi contratado a partir de 16 de março de 1987 até 31 de dezembro de 1991.

Algumas observações. Vai acrescentar, inclusive o pessoal antes de 1987, é uma situação – pelo menos é o que está aprovado no Senado, temos de dizer isso – é que quando as PEC's de Roraima e Amapá foram aprovadas, eles incluíram, até a posse do governador eleito, um parágrafo de que não precisaria o profissional estar em efetivo exercício ou aposentado no ex-território.

Então, eles colocaram: se a pessoa, por exemplo, nesse período de 1981 até 1991, tivesse passado por Rondônia, trabalhado por um período de 90 dias, seja de forma efetiva, seja de forma temporária, ele ou ela teria a oportunidade de vir se apresentar (vindo no tempo assim depois da regulamentação) e ser nomeado para o cargo para o qual ele tinha trabalhado nesse período de 90 dias, naquela data. Então, independentemente de ele ter sido exonerado, ter pedido a exoneração, ele teria essa oportunidade.

Se houver esse interesse da parte dele, se no período de 1981 a 1991, ele trabalhou aqui no Estado de Rondônia por 90 dias, ele poderia vir aqui e optar por ser enquadrado nos quadros da União. E isso vale para os estaduais e, nessa PEC agora, é importante registrar, vale para os municipais. Está certo? Está aqui a companheira Ellis, presidente do Sindeprof, não é? Lembrando que em Porto Velho nós temos um número muito grande de profissionais contratados nessa data.

Então, essa inclusão na PEC 07 em relação à forma original, acrescentou aqui os municipais, e também acrescentou – que não havia nas autarquias, porque nas emendas anteriores havia que as autarquias e empresas públicas na forma primeira da emenda, dizia que elas tinham que ter sido originadas no ex-território –, e agora, não.

Nessa PEC 07 está garantindo, independentemente de quando ela foi criada, desde que esse período.

Por isso, nessa PEC, acrescenta-se às autarquias que já estavam, os "peronianos" – porque o Banco do Estado de Rondônia foi criado após a criação do Estado de Rondônia – então, nessa PEC aqui, estão contemplados os "peronianos", nessa proposta. Pelo menos o que foi aprovado no Senado.

O que se acrescentou, ainda que tinham algumas pendências – e que a gente viu aqui até na chegada, uma faixa dos aposentados – aposentados no período anterior à Lei 12772, que garantiu a inclusão no Plano de Carreira do Ensino Básico e Tecnológico, a avaliação é de que na Emenda Constitucional dos senadores com quem a gente conversou, não tinham como colocar, pelo menos esse era o argumento.

Mas, nessa PEC que foi aprovada no Senado, ela resolveu, acrescentou mais duas situações no nosso caso, dos pendentes da situação anterior: uma famosa situação aqui do "N.A. para o N.I.". O que é isso: o pessoal que foi contratado como nível auxiliar, mas que uma lei federal de 1992 e 1993, garantiu que esses profissionais fossem contratados como nível intermediário. Então, isso consta na lei, porém, a Lei 13.681, que é a atual, não está enquadrando o pessoal nessa situação. E isso gera uma perda muito grande para o pessoal que está indo para o quadro federal – esses primeiros aí, até 1987 – o que gera uma perda muito grande, porque eles estão sendo enquadrados como nível auxiliar, que é um nível de primeiro grau e eles têm direito, pela legislação, na nossa interpretação, como nível intermediário, que é o nível de ensino médio, segundo grau antigo.

Então, essa PEC resolve essa situação também desse pessoal. Além de dar mais uma oportunidade para os profissionais, para os professores, desde que enquadrados

naquela situação de data de contratação, e que não tiveram, não apresentaram a opção de enquadramento no Plano de Carreira do Ensino Básico Técnico e Tecnológico, eles voltarem a ter essa oportunidade ali de optar ainda. Então, tem mais essas duas situações que são extra data de contratação, e, claro, já resolve o problema de todos, não só os de 1981 e 1987, mas de 1981 a 1991, e de todos os cargos ali, independentemente de serem do Executivo. Ele vale para a empresa pública e vale para outras situações.

O que a gente não vai se ater aqui, até porque em alguns casos vai depender se não conseguir acordo na negociação vai para a Justiça, que é o pessoal que tem direito a ser transposto, por exemplo, nos Poderes, nos Poderes ou empresas. Dependendo da situação, a pessoa está em um Poder, em uma empresa, que, por exemplo a Assembleia Legislativa. Não é porque o povo ganha muito bem, mas o Plano de Carreira da Assembleia Legislativa, aqui de Rondônia, um profissional de nível intermediário ganha muito mais do que um profissional de nível intermediário do Executivo Federal. Porém, a interpretação é de que esse funcionário do Legislativo Estadual deveria ser equiparado ao Legislativo Federal. Aí é vantajoso para ele ou para ela.

Então, mas nós não vamos discutir isso, não é? Essa é uma outra etapa, é uma outra situação. O que nós vamos discutir aqui são os cargos, e aí inclui todos os profissionais do Executivo, inclui a Polícia Militar, inclui as empresas públicas, desde que trabalham ou trabalharam nesse período pelo Estado de Rondônia. Está certo? Então esse é um "geralção" da situação. Eu nem vou me ater aqui, deputada, até para ganhar tempo para a gente ser rápido.

A gente já tem alguns encaminhamentos, algumas propostas, não é? Por exemplo, em relação de como a gente vai atuar em conjunto com a Assembleia Legislativa para que

isso seja aprovado. Mas, a gente sabe que primeiro a gente precisa de uma etapa junto ao Congresso, à Câmara Federal, com a nossa bancada e com as demais para que ele seja pautado pelo Presidente da Câmara. Essa é uma pressão, porque nem sempre, isso não depende do governo, isso não depende da oposição. Isso é uma prerrogativa do Presidente da Câmara dos Deputados. Ele tem essa situação, ele tem essa prerrogativa de Presidente de incluir ou não, está certo? Tem algumas regras, tem que ter assinaturas, tem que ter isso, mas a gente sabe que se tiver aval do Presidente já está praticamente no caminho de ser pautado e, claro, depois a gente garantir a aprovação.

E uma outra situação, por exemplo, que a gente não tem informações claras de quanto o Estado de Rondônia e os municípios vão ganhar com isso. Mas, essa Audiência Pública a gente só vai dar um "geralção" aqui. E no decorrer da Audiência e após isso, aqui nós temos a Deputada Cláudia e o Deputado Ribeiro para requererem junto ao Governo do Estado e ao Iperon, para felicidade nossa estão representados aqui, mas oficialmente é importante que passe pela Assembleia Legislativa um requerimento em que o Estado faça um relatório para a Assembleia Legislativa de quantos profissionais foram contratados. Por exemplo, do Executivo, da Polícia, fica fácil, quantos foram contratados, nesse caso agora de 16 de março de 1987 até 1991 - quais os cargos, número de profissionais -, e com isso nós vamos conseguir saber quanto o Estado vai economizar ou quanto o Estado vai economizar no custo da Folha de Pagamento - é uma situação -, mas quanto ele vai ganhar com investimento de fora.

Porque, por exemplo, na transposição dos aposentados, dizer assim: "Ah, mas o Estado não tem economia." Por quê? Porque é o Iperon que já paga, então não tem o que o Estado economizar. Porém, é um recurso que o Iperon não precisa

dispor para pagar os aposentados e vem dinheiro de fora para quê? Para a economia do nosso Estado de Rondônia.

Então, quer dizer, o Estado ganha de todas as formas, porque são mais recursos que vêm para o Estado de Rondônia, nessa situação via pagamento de profissionais em atividade, porque vão prestar serviço ao Estado e aos municípios, e também vão ter condições do aposentado, o aporte de recurso do governo federal para ampliar a geração de economia.

E, claro, isso em relação ao Estado a Assembleia pode fazer através de requerimento. E sugestão, já tem nessa linha, de que a gente peça também para os municípios. Porto Velho eu sei que não vamos ter dificuldade, temos a vereadora aqui presente, ela já vai poder fazer um requerimento. Mas, os deputados podem também solicitar aos municípios, não de forma impositiva - de requerimento que eles têm que cumprir -, mas do ponto de vista de subsidiar para que a gente encampe essa luta para que o Estado garanta o apoio nessa situação - logístico, político - e que os municípios também possam aderir a essa situação.

Então, acho que era isso mais ou menos que eu tinha para dar uma abertura, dar um norte, para dar uma clareada, para saber quem é quem. Como eu disse, nós não vamos discutir aqui tabela salarial porque é uma segunda etapa. Claro que em alguns casos, nos seus sindicatos, cada um pode fazer esse trabalho, para você fazer um planejamento - se eu for para o quadro, quando eu for para o quadro, qual vai ser o meu salário? Isso aí, a gente tem condições de fazer, mas não é aqui na Audiência Pública que a gente vai fazer. Isso aí, é uma etapa que a gente pode fazer cada um lá no seu sindicato. Obrigado pelo espaço.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigado Nereu, pela contribuição.

Agora a gente vai ouvir o José Anchieta - que é o assessor do Senador Rondolfe Rodrigues. Não sei se já está pronta a participação dele que é on-line. Pessoal do apoio?

Vamos fazer uma inversão aqui da ordem, então, vamos ouvir a nossa ex-senadora Fátima Cleide, ela também irá dar a sua contribuição.

Fátima, seja muito bem-vinda. Obrigada pela sua participação, por vir aqui nos prestigiar, mesmo distante, mas você tirou um tempo para contribuir conosco. Seja bem-vinda.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE RODRIGUES DA SILVA (Por videoconferência) - Olá, boa tarde, me escutam?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim, estamos te ouvindo, sim, Fátima. Pode falar.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE RODRIGUES DA SILVA (Por videoconferência) - Obrigada, deputada. Eu quero iniciar, parabenizando a Deputada Cláudia de Jesus e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação pela iniciativa de discutir na nossa Assembleia Legislativa, a PEC 47, que muito tem a contribuir com o nosso Estado de Rondônia.

Quero também, cumprimentar a Presidenta do Sintero - companheira Lionilda Simão; a Dioneida Castoldi, que eu vi aí - que hoje é a Secretária-Geral do Sintero; a companheira Claudir Sales - pela CNTE (Confederação Nacional dos

Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura), e cumprimentar carinhosamente o companheiro Nereu Klosinski, e agradecer porque grande parte do que eu tinha para falar aqui, o Nereu já se antecipou. Isso me deixa falar de outras coisas.

Então, Deputada Cláudia, meus parabéns pela organização dessa Audiência. Quero cumprimentar também, a todos os que participam presencialmente na Assembleia Legislativa e também, os que nos acompanham através da TV Sintero.

Eu queria dizer que vejo com muita alegria a iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues, em resgatar através da PEC 07, inicialmente - hoje, PEC 47, na Câmara - a nossa tese, que junto com os sindicatos - lá em 2003 -, nós construímos a PEC, eu não lembro bem o nome agora, mas que teve lá no Senado, mas que resultou uma Emenda Constitucional 60.

Como o Nereu falou, após a Emenda Constitucional 60, três outras proposições já foram aprovadas no Congresso Nacional. Porém, elas ainda deixam uma série de servidores principalmente, no Estado de Rondônia, sem ter o acesso ao benefício da transposição. E são servidores que originaram a nossa intenção legislativa de dar-lhes cobertura, de cobrir essa questão do direito. Porque são aqueles que foram demitidos lá no ano 2000.

Então, essa é a origem, esse é o objeto primeiro do nosso trabalho no Senado Federal ao apresentar a PEC, que resultou na Emenda Constitucional 60. E buscando, naquele momento - como já falou aí o Nereu - e a minha alegria com o trabalho do Senador Randolfe Rodrigues é justamente isso, porque ele resgata a tese de que devem ser transpostos todos os servidores que trabalharam no período de constituição do Estado, garantidos pela Emenda Constitucional 41 - que foi

para o Estado de Rondônia, de dezembro de 1981 a dezembro de 1991.

Infelizmente, na Câmara Federal, esta tese foi vencida. E a Emenda Constitucional 60 abraçou apenas os servidores até março de 1987, data em que nós tivemos a eleição do primeiro governador eleito, aliás, da posse do primeiro governador eleito.

Então, a Emenda Constitucional 47, Deputada Cláudia, é muito importante porque ela resgata além da tese dos 10 anos de Constituição do Estado, também corrige as lacunas que as outras Emendas Constitucionais não deram conta de abraçar. Como é o caso do pessoal do N.A., que é o nível auxiliar, e que deveriam ser enquadrados como N.I., nível intermediário.

E também ela resgata a questão das outras empresas e autarquias que não estavam previstas nas Emendas Constitucionais aprovadas anteriormente.

Eu quero lembrar que é muito importante a aprovação dessa matéria no que ela é uma decisão política. Ela resulta do trabalho da bancada federal, mas ela demonstra também o compromisso do governador ou do presidente de plantão. Em 2003, quando eu apresentei essa matéria, a gente estava em pleno governo do Presidente Lula. Lembram? Era primeiro ano de governo. E, em 2006, nós tivemos a aprovação dessa matéria no Senado Federal. Em 2009, nós tivemos a aprovação final na Câmara e a sanção pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Depois, em 2014, que era governo da Presidenta Dilma, nós tivemos a aprovação final da Emenda Constitucional 79, e em dezembro de 2017 nós tivemos a aprovação da Emenda 98. o Senador Randolfe apresentou a PEC 07 em 2018.

É importante a gente lembrar que, neste período, nós estávamos sob o governo de uma outra pessoa, de um outro projeto político. E o Senador Randolfe só conseguiu aprovar

no Senado Federal esta Emenda agora no retorno, no terceiro governo do Presidente Lula em 2023: cinco anos para aprovar.

E no meio disso nós tivemos um Presidente do Senado Federal, que era Davi Alcolumbre, do Amapá. O mesmo Estado do autor da Emenda 47. E tínhamos também um relator, que era líder do governo passado, que era do Estado de Rondônia. Então, eu estou afirmando isso para mostrar o compromisso do governo do Presidente Lula a esta matéria. É uma matéria que está sendo discutida, como disse Nereu, no Congresso Nacional.

Neste momento, depende do trabalho da nossa bancada federal lá na Câmara Federal. depende que os nossos oito deputados federais tenham forças para fazer com que seja imediatamente determinado, que a matéria vá para a Comissão de Constituição e Justiça ou a uma outra Comissão Especial, se assim for o caso, que a Câmara decidir e que defina logo quem são os seus relatores, para que a gente possa ter essa matéria sendo apreciada lá na Câmara Federal.

Então, eu quero aqui dizer que, no Senado Federal, agora em 2023, pude contribuir nos debates, nas discussões de bastidores junto à bancada federal, principalmente do meu partido, que é o Partido dos Trabalhadores, e junto à bancada do governo. E agora, na Câmara Federal a gente vai continuar, porém depende muito do trabalho dos oito deputados federais.

Então, eu quero dizer que continuo na luta, torcendo muito para que a gente possa ter essa matéria o mais rápido possível decidida, porque ela garante principalmente a seguridade com relação à previdência daqueles funcionários públicos que construíram o Estado de Rondônia e que, em 2000, foram demitidos injustamente. O único Estado que teve essa questão da demissão de dez mil servidores foi o Estado de Rondônia.

Por isso que essa matéria me é tão importante, e assim, é uma questão de honra, sabe, Deputada Cláudia, e quem está nessa plateia, e quem nos assiste pela TV. É muito importante que a gente possa honrar principalmente aqueles companheiros e companheiras servidores públicos que estavam no Estado no ano de 2000, que foram demitidos, e principalmente aqueles que tombaram, que foram a óbito pela depressão, pelo desgosto de ter a vida empregatícia, de ter o seu emprego cortado em pleno vigor da sua juventude.

Então, é uma honra para mim poder acompanhar, poder estar aqui neste momento e poder dizer a vocês que contem com a Senadora Fátima Cleide, onde eu estiver para que a gente possa ter esse direito assegurado para os servidores públicos do Estado de Rondônia.

Muito obrigada. E, Deputada Cláudia, estou aqui em Brasília, na Secretaria-Geral da Presidência da República agora, à sua disposição para esta e para as outras matérias de interesse do povo e da classe trabalhadora do Estado de Rondônia. Muito obrigada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Muito obrigada, companheira Fátima pela contribuição, por ter iniciado esse debate. Até hoje, como senadora, contribuí muito e até hoje continua contribuindo e a gente vai precisar muito do seu apoio aí junto ao governo federal.

A gente tinha outra pessoa que iria contribuir conosco, o José Anchieta, que é o assessor do Senador Randolfe, porém a gente não está conseguindo falar com ele. Então, a gente vai prosseguir aqui com os nossos trabalhos.

Eu quero também fazer um agradecimento à Vereadora Irene, lá da Câmara Municipal de Pimenteiras do Oeste, que está aqui conosco. Seja muito bem-vinda.

Quero agradecer também a presença da nossa Superintendente Regional do Trabalho e Emprego em Rondônia (SRTE-RO), Tereza Janete Santos. Seja muito bem-vinda.

Agradecer também a presença do Superintendente do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Gervano Vicent, que está conosco. Seja muito bem-vindo.

E também quero convidar para se fazer presente à Mesa conosco, a nossa querida Deputada Silvia Cristina, que é deputada federal. Agradecer a presença, que ela se faça presente aqui conosco.

Pessoal, como houve essa falha de comunicação aqui, a gente tem também outra participação, o Deputado Federal Fernando Máximo. Daqui mais um pouquinho ele vai entrar ao vivo aqui com a gente, mas o nosso combinado é passar para a plenária para que a gente possa ouvir também as falas. A gente vai combinar o seguinte, o Cláudio vai coordenar para nós: são 10 inscrições de 3 minutos. Então, quem deseja fazer a fala se inscreva com ele para que a gente possa iniciar.

Já se inscreveram, pessoal? Já temos inscritos, Cláudio?

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônia) - Por enquanto, o Manoelzinho do Sintero está inscrito.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Pessoal, quem quiser falar se dirija aqui com o Cláudio para a gente fazer

as falas, ouvir vocês também. Eu acho que é muito importante para depois a Mesa se posicionar aqui.

Então, para começar vamos ouvindo o Manoelzinho enquanto os demais vêm se inscrever, para a gente ganhar tempo.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônia) - Manoelzinho do Sintero. Três minutos.

MANOEL RODRIGUES DA SILVA - Boa tarde a todos e a todas. Primeiramente agradecer a Deus por este momento.

Quero parabenizar a Deputada Cláudia por esta propositura. Na pessoa da Deputada Federal Silvia Cristina, quero cumprimentar as mulheres da Mesa. Na pessoa do Deputado Ribeiro do Sinpol, cumprimentar todas as autoridades aqui presentes.

Eu vou ser bem direto. Primeiro, gente, dizer que nós não podemos deixar apagar o fogo e essa chama que está acesa. Porque, se nós não tomarmos decisões agora para fazer com que aprove a PEC 47, ela poderá cair no esquecimento e passar mais quatro, cinco anos, deputada. Então, eu sou bem direto e prático. Assim como foi no passado e eu tenho certeza que o Presidente desta Casa, Deputado Marcelo Cruz, é um homem inteligente e sábio, vai ajudar a bancar a caravana para irmos a Brasília para aprovar a PEC 47 para resolver a situação de milhares de servidores. Não são nem um, nem dois e nem três. Eu tenho certeza que ele é um homem sábio.

Mas, eu gostaria de dizer ao representante do governo que gostaria de ver o pronunciamento do Governador Marcos Rocha, que nós o apoiamos e não vi um pronunciamento dele

sobre a importância de aprovar essa PEC que vai economizar mais de R\$ 40 milhões, tenho certeza disso, para o Estado de Rondônia. Então, gostaria muito de vê-lo fazer um pronunciamento e chamar, através da Deputada Federal Silvia Cristina, Deputado Federal Fernando Máximo, que já se inscreveu, que está demonstrando interesse.

Nós precisamos resolver essa situação porque são mais de R\$ 40 milhões que vão entrar nos cofres de Rondônia. Vai economizar e resolver o problema de injustiça social que vem ocorrendo neste Estado de Rondônia, porque servidores foram demitidos e hoje estão esperando essa transposição. Rondônia foi o primeiro Estado a transpor e nós precisamos fazer, de fato, com que aconteça a PEC 47.

Parabéns Deputada Cláudia, por esta iniciativa.

E dizer aos presidentes dos sindicatos aqui presentes, espero Deputada Federal Silvia Cristina, que você consiga uma audiência com o Presidente da Câmara Federal para pautar na Comissão essa PEC. Mas, se os deputados não resolverem, que junte todos os presidentes dos sindicatos, vamos à Brasília tentar uma audiência com o Presidente da Câmara Federal. Vamos pedir apoio do Governo de Rondônia, desta Casa Legislativa. Como eu disse, tenho certeza que o Deputado Marcelo Cruz vai bancar a caravana, como fez o Hermínio em 2009 e eu coordenei 21 ônibus.

De que forma nós coordenamos? Nós não colocamos um centavo, mas esta Casa, eu sugeri que contratasse a Eucatur e na época eles contrataram 21 ônibus, dando comida, lanche, hospedagem – que eu consegui no CNI – e nós não tínhamos nenhum problema e aprovamos a PEC 60. E agora vamos aprovar a PEC 47, Deputada Silvia Cristina, e que Deus abençoe, ilumine a todos nós e nos dê sabedoria, como deu a Salomão.

Muito obrigado.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônias) - Valeu Manoelzinho. Vamos ouvir mais uma pessoa: Jéssica Tolentino. Advogada do Movimento "Vota a PEC 47!".

A SRA. JÉSSICA TOLENTINO - Boa tarde a todos. Nesse momento aqui eu venho agradecer à Deputada Cláudia de Jesus, ao Deputado Ribeiro do Sinpol, também, por essa oportunidade que nós temos. E nesse momento desta fala, que já deu essa ênfase, esse espírito, o que eu quero ressaltar, de tudo que já foi levantado, é a nossa corrida contra o tempo.

O tempo é o nosso adversário. A gente precisa correr. Nós viemos aqui, e, cada vez que eu participo de algum movimento - nós estamos no Movimento "Vota a PEC 47" dos três Estados - e nós podemos ver os três Estados aí, unidos. E nós precisamos, Rondônia realmente, nesse movimento aqui, precisa abraçar, encarar e fazer essa pressão para que nós consigamos o mais breve possível pautar essa PEC para votação.

Nós vemos as dificuldades aqui com relação à isonomia, que já é garantido, que já passou no STF (Supremo Tribunal Federal); a questão dos 90 dias, e isso deve ser estendido a Rondônia, porque foi Rondônia quem deu início. Foi o nosso Estado que foi o primeiro e o nosso Estado serviu de exemplo para Amapá e Roraima. Ou seja, quando eles foram criados, eles se serviram do nosso exemplo, da nossa lei de criação.

Então, nós devemos, sim, ser amparados com esse princípio da isonomia, com os demais direitos, ex-policiais militares, civis, professoras; todas as categorias; empresas, sociedades de economia mista, que estão sendo alcançadas. É muito importante essa força.

Eu quero agradecer a vocês. Eu estou aqui à disposição, no que vocês puderem contar. Vamos nos unir juntamente com a Deputada Silvia Cristina, com os demais deputados federais também, com essa força. Parabéns pelo movimento. Parabéns pela história de cada um e eu espero, tão breve, nós vermos essa vitória. Obrigada.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônias) - Obrigado, Doutora Jéssica.

Chamamos agora Clebes Dias, presidente do Singeperon (Sindicado dos Policiais Penais e Agentes de Segurança Socioeducativos do Estado de Rondônia). Além do Clebes, tem mais duas pessoas inscritas, Deputada Cláudia de Jesus.

O SR. CLEBES DIAS FERREIRA - Boa tarde a todos e todas. É um prazer estar novamente nesta Casa. Já frequento aqui há algum tempo, porque esse aqui também é um espaço de luta. Além de um espaço parlamentar é um espaço de luta. É a Casa do Povo, Casa das Leis.

Parabenizar aqui a nossa Deputada Cláudia de Jesus pela iniciativa, que é muito importante para nós nesses momentos tão difíceis que os trabalhadores vivem, ter quem esteja do nosso lado.

É importante a gente saber. Nem todo mundo está aí pensando em trabalhador nenhum, em quem está querendo ser transposto ou não. Nem todo mundo liga para isso. Nem todo mundo passa pelas dificuldades que nós passamos. Eu também sou servidor público, também sou um trabalhador, também sou um sofredor, assim como a maioria de vocês.

Parabéns ao Deputado Ribeiro do Sinpol por estar ajudando nessa campanha aí, tão importante. Parabéns a todos da Mesa. À Léo, do Sintero, nossa companheira, por ter puxado essa pauta. Acredito que nós estamos falando aqui de um assunto muito importante e já estive também contribuindo com isso, e que alguns servidores da minha categoria fizeram um pedido para que eu intercedesse já que sou representante numa categoria do Singeperon. Os policiais penais e os agentes de segurança socioeducativos estão ali, meus companheiros. Levantem a mão aí. Nossa categoria está aqui, acompanhando.

São pessoas que estão há muito tempo aguardando, não só por uma aprovação de uma PEC, era para corrigir uma injustiça que há muito tempo já deveria ter sido corrigida. Um colega nosso me deixou muito satisfeito quando ele entrou em contato comigo para interceder junto à Secretaria de Justiça, que a gente conseguisse intermediar e os servidores fossem liberados para ir a Brasília acompanhar essa votação.

E eu imediatamente percebi que isso era muito importante não só para eles como também para o Estado, uma vez que o Estado deixa de ter um peso na sua Folha de Pagamento. Então, o Estado entendeu isso. O nosso secretário conseguiu liberar esse pessoal. Eles foram para Brasília. Para vocês verem a luta, uma pessoa de Rondônia vai para Brasília de ônibus; fica lá, todos sabem que o servidor não é rico, não tem dinheiro para ficar em hotel de luxo, para se alimentar, para se manter, mas eles foram.

Então, eu gostaria de dizer, principalmente aos servidores da segurança pública, a injustiça materializada que se encontra hoje, como já dizia Rui Barbosa: "a justiça que demora é uma injustiça", porque já tem 40 anos que esses servidores estão aí aguardando. São décadas. Muitos nem estão mais aqui. Alguns estão por pouco tempo. E quanto tempo mais

isso vai durar? — Eu pergunto — Quanto tempo mais isso vai demorar?

Se nós não brigarmos para acabar com a injustiça, nós estamos sendo permissíveis com a injustiça que aí está. Nós não podemos admitir que a cada ano, a cada dois anos, a cada quatro anos, a cada eleição a gente tenha promessas não cumpridas, porque nem todo mundo faz compromisso com a população. Faz discurso falacioso em época de campanha. Se não fosse isso, nós não estaríamos aqui hoje brigando por um direito adquirido. Isso é revoltante. Porque, se é direito, não deveríamos nem estar aqui, deveríamos estar cuidando de outros assuntos.

Mas, onde está o respeito por quem trabalha e executa os projetos do governo? Por quem trabalha e carrega o Estado nas costas? E por mais que a gente pense “não, agora vai!”, às vezes a gente está na eminência de conseguir, aí vem alguma coisa que a gente não estava esperando, como já tivemos na Assembleia Legislativa, no outro prédio.

A gente está aqui ansioso, deputada. Aí peço a senhora e ao Deputado Ribeiro, que são da Casa, parlamentares, nós estamos ansiosos para que chegue nesta Casa realmente um PCCR, um Plano de Carreira dos policiais penais e dos agentes de segurança. Porque nós temos hoje — caso vocês não saibam — o pior salário do Brasil, do policial penal; e a média de vida de um policial penal é 45 anos. Vive em um ambiente totalmente insalubre e perigoso, nocivo para sua saúde; e quando a gente vai buscar por justiça, reparar injustiça, às vezes a gente topa com um monte de burocracia.

E para finalizar aqui. Essas burocracias têm que ser exterminadas, têm que ser minimizadas, se não acaba que daqui cinco, dez anos nós vamos estar falando disso aqui de novo e muitos de nós não vamos estar. Nós não sabemos se estamos

aqui amanhã ou depois. Então, peço não só aos que estão aqui, mas os que também estão nos acompanhando, a Senadora Fátima está contribuindo. Vamos realmente nos unir para que essa injustiça não prevaleça por muito tempo. Vamos realmente nos unir, embora essa não seja uma causa minha, não é?

Eu ainda sou um servidor novo no Estado, apesar de já ser uma pessoa com mais de 40 anos, mas a injustiça que eu não quero para mim, eu também não quero para os demais. E por isso que eu estou aqui. Nem parte disso eu faço, mas tem os meus colegas que estão aí sentados, tem os meus colegas que estão trabalhando, tem colega da época de 1990, de 1984 ainda trabalhando, porque não dá para aposentar com o salário que está. E que isso seja mudado e que essa mudança comece a acontecer a partir de hoje, desse trabalho aqui. Muito obrigado a todos.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônias) - Obrigado, companheiro.

Tem um participante - não é, deputada? - que vai fazer uma participação. A gente vai suspender as falas aqui, após a participação voltaremos. Com a senhora, deputada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Isso, pessoal. É uma mudança rapidinha, mas a gente continua depois das falas. É para o pessoal que está distante. Então, a gente tem a participação agora do assessor do Senador Randolfe Rodrigues, que é o José Anchieta, e depois a gente vai ouvir também o Deputado Federal Fernando Máximo.

São essas duas participações. Aí a gente volta novamente para os inscritos da plenária e depois para a Mesa, está certo? Aí, primeiro a gente vai ouvir o senhor José Anchieta.

Seja muito bem-vindo. Estamos aqui aguardando a sua contribuição. Obrigada por se dispor a participar conosco.

Não estamos te ouvindo. Seja bem-vindo.

O SR. JOSÉ ANCHIETA ARAÚJO DE ANDRADE (Por videoconferência) - Oi. Oi. Oi. Boa tarde.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Agora estamos ouvindo.

O SR. JOSÉ ANCHIETA ARAÚJO DE ANDRADE (Por videoconferência) - Sim, tá. Desculpa, deu um probleminha aqui no aparelho, eu tive que colocar para carregar. É o seguinte, eu agradeço a oportunidade de participar com vocês aí desse evento e estou à disposição para esclarecer possíveis dúvidas que ainda existam aí.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - O senhor fica com a gente participando, que agora estamos ouvindo a plenária aqui. Então, acredito que algumas dúvidas - ainda não ouvimos todo o pessoal - possam surgir. E aí depois, o senhor nos dá sua contribuição aqui para gente, respondendo as dúvidas que surgirão no decorrer da audiência, pode ser?

O SR. JOSÉ ANCHIETA ARAÚJO DE ANDRADE (Por videoconferência) - Está ótimo. Estou à disposição aqui.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Então, está joia, muito obrigada.

Então a gente ouve agora o Deputado Federal Fernando Máximo.

O SR. FERNANDO RODRIGUES MÁXIMO (Por videoconferência) - Boa tarde, Deputada Cláudia. Meu vídeo está desabilitado. Estão me ouvindo? Conseguem me ouvir?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Deputado, boa tarde. Estamos te ouvindo, sim. Muito obrigada por sua participação. Pode falar. O pessoal está te ouvindo aqui na plenária, aqui na Audiência Pública.

O SR. FERNANDO RODRIGUES MÁXIMO (Por videoconferência) - Maravilha. Aqui está dizendo que o meu vídeo foi desabilitado pelo anfitrião.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Mas, nós estamos ouvindo o senhor aqui, tá? A gente está te ouvindo muito bem. Pode falar.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônias) - Não, mas só está aparecendo. Ah, agora, ok.

O SR. FERNANDO RODRIGUES MÁXIMO (Por videoconferência) - Agora abriu o vídeo. Agora abriu, bacana.

Boa tarde, Deputada Cláudia de Jesus; boa tarde, Fátima Cleide; boa tarde a todos e todas presentes. É um prazer muito grande estar aqui com os senhores neste momento, falando sobre a PEC 47, antiga PEC 07.

Eu sou um deputado de primeiro mandato, comecei agora, um deputado novo, mas logo que assumi algumas pessoas vieram conversar comigo e eu já tinha uma noção importante da PEC 07. E aí, comecei a tomar pé com mais detalhes e comecei a trabalhar em cima dessa PEC por saber a importância de cada servidor desse, cada pessoa dessa que se dedicou lá no início. Porque hoje, Deputada Cláudia, é fácil morar no Estado de Rondônia, é fácil trabalhar no Estado de Rondônia; tem asfalto para todo lado, tem hospital para todo lado.

Agora, a maioria desses servidores, lá atrás, muitos anos atrás, quando começaram a trabalhar, começaram a ir para os lugares mais distantes do Estado, onde não tinha hospital; onde não tinha estrada; onde não tinha recurso, trabalhando na saúde, na educação, na segurança, trabalhando em todas as áreas. Então, são os verdadeiros pioneiros, desbravadores do nosso Estado que dedicaram as suas vidas, que se arriscaram, alguns deles, infelizmente, se foram. Pegaram doenças, ficaram desassistidos e hoje, não são valorizados como deveriam ser.

Então, comprei essa briga, encampeei essa causa, criei a Frente Parlamentar em Defesa da Transposição - que não é fácil, não é fácil encampar... Então, é uma causa fundamental, extremamente importante, e é uma questão apenas de justiça. Ninguém está fazendo favor para ninguém. O fato de nós trabalharmos, nos dedicarmos - como eu estou me dedicando em cima dessa PEC -, não estou fazendo mais que minha obrigação, tendo em vista tudo que essas pessoas fizeram, o legado que deixaram para o nosso Estado.

Melhoraram o nosso Estado para que hoje, nós possamos viver em um Estado muito melhor; um Estado muito mais evoluído; em um Estado com muito mais qualidade de vida. E hoje, sim, é fácil morar em Rondônia, é fácil sair de algum outro lugar do Brasil e ir morar em Rondônia. É um Estado próspero; é um Estado pujante; é um Estado que cresce; é um Estado que se desenvolveu. Mas, isso foi às custas desses servidores que se dedicaram, que se empenharam lá atrás.

E aí, nós nos empenhamos aqui para que essa PEC fosse aprovada no Senado. Articulamos bastidores, conversamos com vários, muitos senadores - tanto dos Estados da Região Norte, os Estados que são mais interessados: Rondônia, Roraima e Amapá, como também de outros Estados. Que eu pessoalmente pedi, falei com os senadores do Distrito Federal, do Acre, de Goiás, de São Paulo para poderem nos ajudar nessa PEC. Graças a Deus, foi uma vitória fantástica no Senado.

Foi uma vitória muito grande e essa PEC vem agora para a Câmara dos Deputados, para que nós possamos aqui, assim que estiver tudo ok, dar celeridade na aprovação desse relatório também, aqui, na Câmara dos Deputados para que nós possamos aprovar. Eu ouvi algumas palavras anteriores: "nós temos que aprovar o mais breve possível, o mais rápido possível". Porque muitos desses servidores, infelizmente, aguardando um direito deles, acabaram falecendo. E outros, já estão idosos, outros têm problemas de saúde.

Então, por questão de justiça, eu vi o rapaz falando anteriormente: "quando a justiça demora muito, ela acaba sendo uma injustiça". Então, Deputada Cláudia, quero parabenizar você; parabenizar a Senadora Fátima pela Audiência; parabenizar todos os organizadores, todos que estão participando.

Agradecer e parabenizar a presença - eu vi que o plenário está cheio, a Assembleia está cheia, o auditório lotado. Parabéns, é isso mesmo. Contem comigo aqui em Brasília. Se quiserem vir - muitas, muitas caravanas já vieram, tanto de Roraima quanto do Amapá, quanto de Rondônia, vieram me visitar no gabinete aqui, para a gente poder mostrar nosso trabalho, eles estão entendendo que nós estamos trabalhando intensamente nessa causa.

Deputada Cláudia, importante Vossa Excelência também vir aqui com a Fátima. Quando começarem os trabalhos aqui na Câmara, que já está demorando demais, está demorando demais, já estou chateado com isso. Já faz um tempo que foi votado no Senado. Já era para estar aqui com o relatório pronto, aqui na Câmara. Mas, é importante que vocês venham para cá também. Fiquem junto com a gente aqui, juntem forças, especialmente, para que o governo também possa mobilizar a máquina, o governo federal, para que nós possamos aprovar essa PEC o mais rápido possível.

É só justiça, ninguém está querendo trocar os pés pelas mãos. Ninguém está querendo nada. Só queremos justiça. Uma justiça, na verdade, que já vem muito tarde. Já foi muito injusta com muita gente que faleceu; com muita gente que está doente; com muita gente que vem sofrendo há anos, tendo o direito desse benefício, tendo um direito conquistado, garantido; com trabalho, com suor, com malária, com doenças, com dificuldade, com poeira, com lama, com floresta, com todas as dificuldades que tiveram.

Então, parabéns a todos os organizadores. Deputada Cláudia, você é fera em está encampando também, isso a nível estadual. Venha para cá, para nós lutarmos juntos aqui, quando tiver encaminhado aqui relatório, etc. Traga essa galera que está aí no auditório agora, para que nós possamos, com fé em Deus, conquistar esse benefício.

E nós não estamos fazendo nada mais que a nossa obrigação legal, obrigação moral, de ajudar essas pessoas. Porque, se nós estamos trabalhando pelo Estado de Rondônia hoje, também, um dia no futuro, todos nós queremos ser reconhecidos e eles trabalharam em condições extremamente precárias.

Então, Deputada Cláudia, parabéns, parabéns a todos, contem 100% comigo aqui, em tudo que precisar, eu estou à disposição aqui poder aprovar esse texto e comemorar. Comemorar com muito júbilo, com muita festa, com muita alegria, a aprovação dessa PEC 47, aqui na Câmara dos Deputados, sanção presidencial. Que essas pessoas possam ter reparado esses danos - que muitas vezes, para muitos deles, já são danos irreversíveis -, mas, enquanto tem alguma coisa para salvar ainda, a gente pode comemorar ainda, com algumas pessoas que vão ser beneficiadas. Muitas pessoas no Estado de Rondônia, de Roraima e do Amapá que serão beneficiadas.

Deputada Cláudia, muito obrigado pela oportunidade. Estou aqui à disposição para questionamentos, conversas, dúvidas, para o que quiserem, está bom? Muito obrigado, Deus abençoe.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigado, deputado, a gente que agradece a participação. A gente conta muito com o senhor e os demais parlamentares. A Deputada Silvia Cristina também está aqui conosco, e a gente vai precisar dessa articulação, do voto, mas especialmente, de nos articular com os demais deputados, demais Estados, porque a gente sabe que são três Estados, que têm uma representação pequena na bancada. Então, vai precisar de muita articulação, e vocês vão ter muito trabalho.

E aí só para a gente passar aqui, Deputado, eu queria rapidamente – a Deputada Silvia vai falar depois também –, eu não sei se o senhor sabe como é que está.

O SR. FERNADO RODRIGUES MÁXIMO (Por videoconferência) - Peço perdão por não ter cumprimentado a Deputada Silvia, minha amiga Silvia. Desculpa, Silvia. Pelo amor de Deus, eu não sabia que você estava presente. Silvia, nossa colega, nossa amiga, uma deputada guerreira, aguerrida, trabalhadora. Desculpa, Silvia. Boa tarde.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Ela está aqui conosco e está ouvindo o senhor.

Então, eu não sei se o senhor tem alguma informação nesse sentido, mas se tiver seria bom compartilhar aqui com a gente, se tem alguma informação de como está o andamento, se ela já está tramitando nas Comissões, como é que está isso, se tem alguma situação já nesse sentido, em andamento, para gente poder saber, ou se ela está parada nesse momento.

O SR. FERNADO RODRIGUES MÁXIMO (Por videoconferência) - Infelizmente, neste momento, está parada. Nós estamos cobrando e amanhã eu vou cobrar pessoalmente. Só se evoluiu alguma coisa no fim de semana. Cheguei hoje a Brasília e amanhã eu já vou falar com o Presidente Lira, até porque eu estou pleiteando ser o relator dessa PEC aqui na Câmara. E aí vou contar com o apoio da Deputada Silvia, contar com o apoio dos nossos demais parlamentares, não só dos três Estados, mas de outros parlamentares para que nós possamos, o mais célere, o mais rápido possível, aprovar essa PEC 47 aqui na Câmara dos Deputados.

Infelizmente houve uma demora muito grande na questão da vinda dessa PEC do Senado para a Câmara, determinar relatoria, passar pelas Comissões. Então, está um pouco demorado, mas amanhã eu terei informações mais atualizadas diretamente com o Presidente Lira para que a gente possa atualizar mais e tentar agilizar, tentar correr atrás desse prejuízo, que muita coisa a gente não consegue mais. Já foi prejuízo irreversível. Mas, o que a gente puder lutar ainda, a gente vai continuar lutando agora para conseguir minimizar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Está certo, Deputado. Obrigada. Se o senhor quiser continuar participando com a gente on-line, fica à vontade. Acredito que aqui no decorrer ainda da Audiência haverá alguns questionamentos. Se o senhor puder ficar com a gente, vai ser muito bom. Mas, desde já, muito obrigada pela sua participação e nós contamos com o seu apoio, todos que estão aqui. O nosso Estado conta com o senhor e com os demais deputados federais e senadores.

O SR. FERNANDO RODRIGUES MÁXIMO (Por videoconferência) - Vou ficar por aqui, vou acompanhando então. Na verdade, qualquer coisa e qualquer dúvida, eu estou aqui à disposição. Mais alguma informação a gente vai passando aqui também. Muito obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Está joia. Obrigada.

Dando continuidade, eu só quero fazer um agradecimento aqui ao Clebes Dias, que é o presidente do Singeperon. Seja muito bem-vindo.

Quero também agradecer e registrar aqui a presença da nossa companheira Giovana Barros, que é da Caerd, também uma grande companheira de luta nos movimentos sociais.

Passo para o Cláudio para a gente dar continuidade às falas. E aí lembrando que a gente está aqui também com o Deputado Fernando Máximo e o assessor do senador Randolfe. Então, quem tiver também algum questionamento, eles estão nos ouvindo. Está bom, pessoal?

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônias) - Ok, deputada. Das dez falas combinadas, que a gente poderia ouvir até dez, três já falaram, e tem três inscritas aqui.

Eu vou chamar agora a Flávia Takahashi. Em seguida, já pode ficar aqui pronto Germano Soares.

A SRA. FLÁVIA HIROMI TAKAHASHI - Boa tarde, deputada.

Eu louvo a ideia de todos vocês, muito boa ideia, porque realmente a gente tem que discutir essa PEC. Essa PEC vem corrigir. Não significa que vai corrigir tudo não, porque a primeira é cheia de defeito. Então, a gente espera que, com essa, seja corrigido.

E uma grande preocupação que eu tenho com relação à PEC 47 é justamente o que vocês falaram de o Presidente da Câmara encaminhar essa votação. Nós temos essa preocupação. Com relação aos deputados, aos parlamentares dos ex-territórios também, não temos muita preocupação.

Porque, claro, eles estão a favor da PEC. Mas, nós temos uma grande preocupação com os outros Estados. Inclusive já saiu até nas reportagens, de grande circulação sobre o "trem da alegria" que está sendo formado. Nós vamos ter que

desconstruir essa fala para a gente conseguir vencer. É necessária uma grande e forte articulação. Que a gente está esperando contar com vocês.

Não tem muito mais o que falar, mas eu gostaria de fazer só uma analogia aqui. Nós chegamos aqui na década de 1970 – eu vou falar de mim –, mas uma boa parte chegou nessa década de 1970. E na época a estrada era de terra, não tinha asfalto, não. E a maioria vinha de ônibus, a grande maioria vinha de ônibus, de pau de arara. Vocês se lembram do pau de arara? Eu acho que vocês se recordam, não é? Do tal do pau de arara. Então, na hora do atoleiro, a gente tinha que descer do ônibus ou do pau de arara e a gente tinha que empurrar o ônibus ou o que quer que seja. E a sensação que dá é que o ônibus foi, mas nós ficamos para trás.

É muito triste a gente ver os nossos colegas, não jovens – a gente olha pelo público aqui –, nós não somos mais jovens, todo mundo carente de resolver essa situação. Urgência, porque não se sabe mais quanto tempo vai viver. É isso. A grande verdade é essa.

Mas, é isso, gente. Que essa PEC vença. o Sindsef, que é o Sindicato dos Servidores Federais de Rondônia, mandou uma caravana, infelizmente uma caravana pequena, mas foi com recurso próprio. Recurso dos colegas, que levaram. A gente foi até, assim, um pouquinho desorganizado, mas a gente levou para a votação no Senado. E que a gente consiga essa vitória. Estamos na dependência dos parlamentares, gente. É isso.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônia) – Obrigado, companheira.

Chamamos agora Germano Soares, Vice-Presidente do Sinafisco.

ANTÔNIO GERMANO TORRES SOARES - Boa tarde a todos. Meu nome é Germano Soares, sou vice-presidente do Sindicato dos Analistas Tributários da Receita Estadual. Gostaria de cumprimentar, inicialmente, a Deputada Estadual Cláudia de Jesus, proponente desta Audiência Pública; a Deputada Federal Silvia Cristina, que esteve conosco recentemente em Ji-Paraná. Cumprimentar a Presidente do Sintero, Lionilda Simão, e a Presidente do Sindsaúde, Célia Campos. Em nome das quais eu cumprimento os demais membros da Mesa.

Cumprimentar todos os colegas que estão aqui no plenário, em nome da nossa amiga e da nossa companheira Dioneida que representa bem uma mulher guerreira, uma líder e que acompanha todo esse movimento desde o início. Parabéns por isso, Dioneida.

Gostaria de dizer que o nosso sindicato, o Sinafisco não tem servidores que vão ter interesse em ir para a transposição. Mas, nós temos como praxe sempre estar juntos com os nossos colegas, mesmo quando a pauta não nos diz respeito diretamente e esse é o caso. Então, nós estamos aqui única e exclusivamente para dizer, de fato é um assunto muito técnico, como foi explicado aqui pelo Nereu. São muitos detalhes técnicos.

Mas, a ex-senadora Fátima Cleide, disse algo que para mim foi o mais importante de tudo que foi dito aqui, não desmerecendo as demais falas: é uma decisão política. É uma decisão política. Nós temos um governo federal que é de esquerda e um Congresso que é de centro-direita. Mas, essa não é a questão, a questão é: é uma decisão política, é uma questão de justiça, porque isso já correu em outros dois territórios. Então, nós não estamos criando nada. Nós estamos apenas querendo um tratamento igualitário.

Esperamos que os parlamentares de Rondônia, realmente, façam seu papel. Façam essa ponte com os parlamentares de outros Estados para que nós possamos aprovar essa questão na Câmara o quanto antes.

Um forte abraço, que Deus abençoe a todos.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônia) - Obrigado companheiro.

Chamamos agora a professora Rilmacy.

A SRA. MARIA RILMACY LEANDRO - Boa tarde a todos.

Nós queremos agradecer em primeiro lugar a Deus, que nos deu a oportunidade de estarmos aqui. A gente vê pela plateia, nossos amigos. Muitos eu não estou vendo aqui.

Em nome do nosso Deputado Ribeiro do Sinpol, que eu tenho visto que é um ferrenho em defesa de sindicato, eu saúdo toda a Mesa. E em nome da minha amiga, antiga, quase 40 anos, a Luzia Régis, eu saúdo a plateia. Te amo, Lulu. Começamos em 1989 na escola e nos aposentamos igualmente.

Então, assim, esta luta é uma questão nem de direito, a gente não fala mais em direito, a gente fala em justiça, equidade, que também não existe. O que nós vemos hoje é uma usurpação dos direitos. Vocês vejam, nós fomos a Brasília. Manoelzinho, com todo amor que eu tenho por você, eu acho que não tem que ir para Brasília mais, não. É muito cansativo. Os que estão sendo transpostos todos já estão muitos maduros. Eu fui daquela vez. Eu não concordo, viu? Mas, eu respeito.

Eu acredito que essa lei, gente, essa Lei Federal 41 garante isso até dez anos depois que território passava a ser Estado. Era um direito de quem estava, de quem construiu, de quem começou, de quem fez a diferença, como a amiga falou aqui, ter direito a isso. Dia 15 de novembro, agora, foi fazer 60 anos e eu confesso para vocês, a gente cresceu com esse ditado: a esperança é a última que morre. Eu digo hoje: a esperança é a primeira que mata quem vai ser transposto.

Eu não quero dizer que não vai acontecer. Mas, quando? A Dilma fez naquela época para Talismã, já se passaram dois mandatos do PT, a Fátima Cleide lutou, quando chegou lá ela levou, mas aí amorteceu, deixou. Então, assim, eu não acredito mais que essa transposição vá acontecer conosco.

Eu acredito que não. Porque o que é que acontece? Se é direito e é dever, ... Não vai. Podem latir, podem chorar, podem falar o que vocês quiserem. Vai ser transposto quando? Já morreram um montes de amigos nossos esperando. Eu pelo menos, eu, a minha pessoa, para Brasília eu não vou mais. Mas, eu respeito. Eu respeito a luta de vocês. Só que eu não acredito mais nessa transposição.

Vocês aí que são Sintero, é Jean, chapa um, por que vocês gritaram? A gente tem que ter respeito. Dioneida não está desde o começo. Do começo dessa luta do sindicato estamos eu, a Luzia Régis e outros amigos. Manuel.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Conclua, companheira.

A SRA. MARIA RILMACY LEANDRO - Mas, vocês têm que respeitar os outros, o Sintero age assim. Eu agradeço muito

a oportunidade, mas eu mesma, eu, já aposentei, não morri até agora por necessidade, eu não espero mais.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônias) - Obrigado, professora. Chamamos agora Milton Berbet, Diretor dos Aposentados do Sinpol.

O SR. MILTON FERREIRA BERBET - Boa tarde a todos. Meu nome é Milton Berbet, sou Diretor de Aposentados do Sinpol, e eu discordo da teoria da colega, porque eu acompanho essa história desde 2002.

Eu quero cumprimentar a Deputada Cláudia de Jesus pela Audiência, por fazer acontecer esse movimento. Agradecer ao Deputado Ribeiro do Sinpol e os demais presentes à Mesa.

Gente, eu acompanho essa história de transposição e eu vou até entrar um pouquinho aqui. A ex-senadora Fátima Cleide falou que não lembrava mais qual era o número do projeto de lei da época da PEC. Era a PEC 483, motivo que levou a caravana até Brasília. Isso aconteceu no dia 13/09/2013.

Então, hoje, tem 14 anos e 10 dias que a gente participa dessa luta. Eu estou nessa história desde 2002, quando o Deputado Nilton Capixaba fez uma primeira reunião acompanhado do nosso ex-secretário do sindicato, Juscelino do Amaral; juntamente com o presidente do sindicato à época, e a gente fez uma primeira reunião tratando do assunto transposição.

É claro que as coisas não aconteceram como a gente queria ao longo da caminhada, mas nunca deixaram de acontecer. Eu não vou alongar a minha fala, mas eu vou deixar duas perguntas aqui para o Coronel Rodrigues, que é

representante da Folha do Estado, que ele responda a duas questões para deixar esclarecido, para vocês verem que a PEC não é só pessimismo.

Eu queria que o Coronel deixasse para a gente quantas pessoas já foram transpostas e quantas pessoas vão ser beneficiadas com a transposição até 91. Meu muito obrigado.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônias) - Chamamos agora, Sandra Pantoja, Diretora do Sindeprof.

Temos somente duas pessoas inscritas. Já encerramos as 10 inscrições. Vamos ouvir a Sandra e mais duas pessoas que estão inscritas, deputada.

A SRA. SANDRA GUERREIRO PANTOJA - Uma boa tarde a todos e a todas. Em nome da nossa Deputada Cláudia de Jesus, agradecemos essa oportunidade; e a minha amiga Léo, que está aqui presente; e a nossa Silvia Cristina. Gente, dizer para vocês, como o colega falou, nós do município estamos desde o início. Como dizem os meninos, "desde a época do Juscelino", desde a primeira turma que foi para Brasília.

Dizer para vocês que os municipais estão nessa luta desde o início. Não foi fácil, nos tiraram algumas vezes das PEC's, nos botaram na PEC; e tiravam os municipais; e botavam os municipais. Mas, nós estamos na PEC.

Dizer para vocês que o Sindeprof não representa só os servidores de Porto Velho. Ele representa todos os servidores municipais do Estado de Rondônia, porque não é só aqui que vai atingir. Atinge aqui até Guajará e de Guajará até Vilhena. Então, eu tenho certeza de que a transposição vai ajudar, sim, muitos servidores municipais que estão

aguardando essa oportunidade. Nós aqui de Porto Velho, nós temos um diferencial que às vezes está deixando o pessoal um pouquinho atrás, que é o nosso plano de saúde.

Pode não ser um dos melhores, mas ainda temos. Então, muitas vezes, muitos colegas estão deixando de ir para o quadro federal por conta da assistência médica. Porque, como vocês sabem, nós não somos mais nenhum bebê. Então, é muito caro. E aquela diferença que eu vou receber não vai cobrir assistência médica.

Mas, tem município que não tem, gente. Então, para muitos colegas, vale a pena. Vale muito a pena. Então, não percam essa oportunidade. Essa luta que não é de hoje. Essa luta é muito cansativa, é longa, mas não vamos desistir, não. Perdemos muitos colegas que estavam no dia em que foi promulgada a primeira, mas nós estamos aqui.

O Sindeprof está aqui para representar os servidores do município do Estado de Rondônia. Agradecer e dizer, Léo, que nós estamos sempre juntos nessa luta e que vocês sabem onde nos encontrar. A Ellis, a nossa Presidente, a Vereadora Ellis Regina precisou se ausentar, porque hoje tem Sessão na Câmara, e ela precisava ir porque tinham algumas matérias que ela não poderia deixar de votar. Então, em nome do sindicato, em nome do Sindeprof, em nome da minha presidente Ellis Regina, eu agradeço e digo para vocês: não vamos desistir, não, gente. É difícil, mas se fosse fácil não tinha graça. Então uma boa tarde a todos.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônias) -
Obrigado, companheira Sandra.

Chamamos agora Francisco Sombra. Em seguida vamos ouvir a última inscrita que é a companheira Rosa Negra.

O SR. FRANCISCO DAS GRAÇAS SOMBRA - Boa tarde a todos, boa tarde. Quero cumprimentar a Mesa, a todos aqui presentes.

Bem, eu quero discordar um pouco da nossa amiga aqui, que cada um tem sua ideia, nós devemos respeitar. Eu estou no governo desde 1983. Eu era da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo (Secet), a menina dos olhos do Governador Jorge Teixeira de Oliveira.

Eu acredito o seguinte, que nós, piamente, que todos os deputados federais devem assumir, sim, mostrar sua cara, dar sua cara a tapa lá em Brasília com a gente que é servidor público, todos, inclusive o governador, que não está aqui, Marcos Rocha, deveria estar. Eu não vejo como empecilho nenhum o governador ter apoiado o Bolsonaro. Um colega nosso falou o seguinte: nós temos um Congresso, a Câmara dos Deputados Federais, de centro-direita. Isso é bom. O nosso governador é de centro-direita e ele tem como fazer com que outros governadores, deputados, bancadas de outros Estados nos apoiem. Eu não vejo isso como uma coisa ruim. Pelo contrário, eu vejo isso como uma coisa boa, que se o Governador do Estado de Rondônia, Marcos Rocha, juntamente com a nossa bancada federal, que uma parte é centro-direita, isso é uma coisa boa.

Eles podem, realmente, não somente porque o Presidente é de esquerda, o PT ou o PSOL, não importa. O importante é o objetivo ser alcançado, ou seja, o pessoal passar até 1991, sim. O N.A. para N.I., sim, porque isso já aconteceu com os servidores que já eram de outras secretarias, naquele governo de 1991, passaram a ter - as merendeiras, zeladora, o pessoal da UNIR - passou tudo para ter segundo grau. É ou não é? É.

E por que nós, eu, por exemplo, sou técnico administrativo, eu era do setor financeiro da Secet, entrei como agente administrativo nível médio 25, hoje eu sou N.A., há sete anos que eu sou federal. Isso é injustiça. Então, parabéns a todos que vão passar para federal. Vai acontecer, sim, até 1991, tenham fé em Deus, porque isso vai acontecer. E outra coisa também, tem que ter caravana, tem que ter o Governador do Estado, tem que ter os deputados federais e senadores em peso lá em Brasília. Fé em Deus.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônias) - É isso aí, Sombra. Não pode deixar de acreditar.

Vamos ouvir a última pessoa inscrita, companheira Rosa Negra.

A SRA. ROSA NEGRA FERREIRA - Eu quero saudar todas as mulheres aqui presentes; os companheiros sintam-se incluídos nessa saudação. Quero saudar a Mesa, na pessoa da Deputada Cláudia, nossa companheira. E em nome da Professora Lionilda Simão saudar toda a Mesa aqui presente.

Nós ouvimos a companheira Fátima Cleide, que disse que tem que ter vontade política. O que eu vejo desde a primeira caravana a Brasília, que inclusive eu estava - companheiro Evaniel - nesta caravana, que realmente não é fácil, mas que é importante o movimento, porque demonstra força. Quando a categoria se une, nós conseguimos avançar. Nós que somos sindicalistas, que estamos nos movimentos sociais, que estamos na luta sabemos que só a mobilização consegue êxito. Não tem outra forma de conseguir.

Agora, há o comprometimento dos nossos parlamentares. Isso é necessário. Porque se a Deputada Cláudia não compra a ideia de fazer esse debate, de fazer esta Audiência Pública, como nós estaríamos discutindo aqui a transposição. Então, tem que ter, sim, o envolvimento de todos os parlamentares. Parabéns, deputada, que a senhora consegue fazer essa articulação. Conseguiu e vai conseguir articular muito mais, que aqui está a Deputada Federal Silvia Cristina, está aí o Deputado Federal Fernando Máximo, que falou há pouco conosco.

Eu acho que tem que envolver todas, todos e todes. Todo mundo tem que estar nessa luta. E se é economia para o Estado, é do interesse do governador também fazer esse debate. Então, se há uma economia, como não? Como se nós vamos economizar tantos milhões? É claro que o governador precisa, e eu entendo que o governador vai entrar nessa discussão juntamente com os nossos parlamentares.

Acho que é um pouco disso. Perder a esperança, jamais; mas não é só ter esperança, é esperar. Quando a gente tem o esperar de Paulo Freire, nós andamos muito mais. Nós sabemos que nossa luta não é em vão. E nós vamos conseguir, sim, passar e essa transposição vai ser um sucesso para todos os nossos companheiros. Muito obrigada, boa tarde.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônias) - Obrigado Rosa. Deputada Cláudia, a palavra volta com a senhora.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Então, a gente tem aqui novamente o José, agora ele quer dar a contribuição dele. Vamos ver se ele já está pronto para a gente ouvi-lo.

O SR. JOSÉ ANCHIETA ARAÚJO DE ANDRADE (Por videoconferência) - Boa tarde a todos. Estão me ouvindo?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim, estamos te ouvindo.

O SR. JOSÉ ANCHIETA ARAÚJO DE ANDRADE (Por videoconferência) - Bom, então eu estou me apresentando, meu nome é José Anchieta. Eu sou assessor do Senador Randolfe Rodrigues, que em 2018 teve a ideia de fazer uma Proposta de Emenda à Constituição resolvendo de vez todas as pendências que existiam a respeito desse tema, em relação ao Amapá, Roraima e Rondônia. Porque na cabeça de muitos parlamentares, Rondônia já tinha resolvido todas as suas pendências.

Então, eu levei, eu fiz um estudo, levei ao conhecimento dele que Rondônia, na verdade, é o grande fundamento de tudo que existe, hoje, de transposição, por ter sido o primeiro Território Federal a virar Estado, mais recente. Tirando a situação do Acre, que é lá do início da década de 1960, no período mais recente da década de 1980, Rondônia inaugurou.

Então, eu contei toda a história para o Senador. Ele por ser um historiador que conhece profundamente a história dos ex-territórios, e por ser também, Mestre em Direito, entendeu com muita rapidez e pediu para que fosse elaborada essa proposta, resolvendo as questões pendentes no Amapá, Roraima e também, em Rondônia. E dando o período de 10 anos como uma forma isonômica, igual, para que todas aquelas pessoas que tiveram vínculo trabalhista, como servidor ou como empregado público, ou até mesmo outros vínculos mais precários, mas que prestaram serviço efetivamente às populações desses Estados, naquele período, considerando

Rondônia de 1981 a 1991. E o Amapá e Roraima de 1988 a 1998, que elas pudessem ter a oportunidade de fazer a sua opção pelo quadro federal, porque foi a União, foi a situação.

O governo federal foi quem manteve aqueles trabalhadores durante aquele período de 10 anos, que transferiu o dinheiro para que os Estados e municípios pudessem pagar as suas Folhas de Pagamento e essas pessoas permaneceram nos quadros do Estado e dos municípios. E nada mais justo, que seja dado a elas o status inicial que elas tiveram, de servidores pagos pelo governo federal. Então, esse é um dos fundamentos, não é?

O outro fundamento é a Lei Complementar nº 41 de 1981, que criou o Estado de Rondônia e lá, no seu artigo 36, ela diz que "a União vai se responsabilizar por essas contratações".

Com a criação do Amapá e Roraima, o artigo 14, parágrafo segundo do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), o que ele diz? Que fica criado os dois Estados, novos Estados e eles devem seguir as regras de criação do Estado de Rondônia. E por isso, Rondônia é o grande fundamento dessa Proposta de Emenda à Constituição. E ela vem também, resolver outras lacunas que existiam. Por exemplo: os servidores do Judiciário; os servidores Câmara Legislativa e das Câmaras de Vereadores Municipais - que até então, ficaram de fora da transposição pela PEC 7 -, eles vão também poder fazer essa opção para entrar no quadro federal.

Nós sabemos que tanto o Judiciário também, os Tribunais de Justiça, o Ministério Público, tradicionalmente são órgãos que já praticam salários melhores. Como também a área do fisco, não é? Como bem falou aí, o Presidente do

Sindifisco, que eles não são interessados na transposição, mas o direito assiste a eles também.

Então, toda e qualquer pessoa que naquele período de 1981 a 1991, ou antes de 1981, de prefeituras municipais e do Estado que quiserem fazer a sua transposição ou verificar a situação, se for mais compensativo entrar para o quadro federal, elas vão poder exercer esse direito de opção. Não é obrigatório, é apenas uma opção.

E na proposta também, o Senador teve a preocupação de oportunizar àquelas pessoas que trabalharam para o Estado, mas que hoje não estão mais trabalhando, já que elas atuaram naquele contexto para desenvolver o Estado - seja na área de segurança, na área de educação, na área de saúde e que, por algum motivo elas, hoje, não estão mais trabalhando ou se aposentaram -, elas também tenham esse direito de fazer a opção, desde que elas comprovem que trabalharam pelo menos 90 dias para esses Estados ou para seus municípios.

Essas pessoas, mesmo que não estejam trabalhando hoje, mesmo que não sejam hoje servidores públicos, mas se eles comprovarem que trabalharam naquele período e quiserem retornar aos seus empregos, eles também vão poder fazer essa opção.

Então, resumidamente é isso. A gente sabe que é um tema muito complexo, mas essa proposta vai consolidar as normas de transposição, vai dar direitos iguais para o Amapá, para Roraima e para Rondônia, incluindo também os servidores municipais desses três Estados, incluindo também tanto os servidores do Poder Executivo, quanto os do Legislativo e Judiciário.

Eu sou da equipe que foi responsável por escrever o texto da proposta e, além dessa importante reunião que vocês estão promovendo hoje aí, outras tantas serão feitas para

maiores debates a respeito do tema, porque é um tema muito amplo e complexo. E também eu queria trazer uma informação adicional, que já foi iniciada pelo deputado que anteriormente me antecedeu às falas, o seguinte: de que o *status* da PEC 47, hoje está aguardando despacho do Presidente Lira para mandá-la para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde vão iniciar as discussões a respeito da constitucionalidade. Depois vai sair da Comissão de Constituição e Justiça, vai para uma Comissão Especial, onde vai ser debatida durante 40 sessões. No prazo de 40 sessões, ela vai ser debatida, e elaborado um relatório e então vai ser disponibilizada para votação no plenário da Câmara dos Deputados.

Como o deputado que nos antecedeu já se comprometeu de conversar com o Presidente Lira, e outros parlamentares também, tanto na Câmara quanto no Senado, estão atentos a esse tema. Eu acredito que teremos novidades para os próximos dias, pelo menos de o Presidente Lira despachar a Proposta para as Comissões e a PEC já iniciar a sua tramitação na Câmara dos Deputados.

A princípio, é isso o que eu tenho para falar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Muito obrigada, José. Parabéns pela apresentação, pela participação. Esclareceu bastante, aqui para a gente, as muitas dúvidas.

E agora a gente retoma as falas aqui para a Mesa. A gente vai ouvir as nossas autoridades, as pessoas que estão aqui, que vieram participar com a gente. E a Deputada Silvia está com um compromisso já, daqui mais um pouquinho, ela pediu para já fazer a fala.

Eu quero primeiramente agradecer-lá por ter vindo. É muito importante a sua participação aqui conosco, porque realmente você é quem pode nos ajudar muito em todo esse processo. Eu quero passar a palavra a você. Fique à vontade.

A SRA. SILVIA CRISTINA AMANCIO CHAGAS - Boa tarde a todos. Boa tarde à Deputada Cláudia, minha amiga. Antes de sermos vereadoras, depois vereadoras juntas, e agora como deputadas, eu lá em Brasília, ela aqui, fizemos vários trabalhos juntas, inclusive ressaltar mais uma vez que o sonho do Hospital Regional de Ji-Paraná, na região central, é da Deputada Cláudia, que eu e a Vereadora Ida lutamos bastante. Continuamos nessa luta, nem sempre tão rápida como nós gostaríamos, mas eu tenho certeza que assim como eu fiquei 10 anos lutando para que nós tivéssemos um hospital de prevenção de câncer e levando tantos não e tantas portadas na cara e depois, quando nós tivemos a oportunidade, em um ano e dois meses nós conseguimos entregá-lo funcionando, em Ji-Paraná, para todo o Estado.

Eu não tenho dúvida, porque eu encampo contigo, você sabe das dificuldades que nós temos, mas foi você que me levantou e que nos atentou para que nós pudéssemos ter esse sonho e com certeza nós vamos realizar juntas.

Um cumprimento especial para o Deputado Ribeiro, que tem essa luta grande. Parabéns a todos que compõem esta Mesa. Em nome da Rosa Negra, cumprimentar todos vocês. A Rosa é uma guerreira, é uma pessoa tem uma história linda de superação de vida.

O que eu quero dizer a respeito da PEC? E hoje eu vim aqui, pessoalmente, para falar com vocês, a Deputada Cláudia quando me convidou eu falei: "Puxa vida, minha amiga me convidou e eu estou lá". Eu iria embarcar por Ji-Paraná, vou

embarcar por aqui na madrugada, porque é dessa maneira que se faz política, olhando nos olhos, ouvindo as demandas e por mais que tenham dito que foi levantada pela Deputada Cláudia. E para mim, as melhores audiências são dela mesmo, porque ela faz, mas nós, lá da Câmara Federal, nós estávamos discutindo de uma outra maneira. As propostas chegaram através dos sindicatos e de várias pessoas que nos alertam por meio do WhatsApp, mas nós queremos celeridade.

Então, o que nós fizemos e o que a Deputada Silvia Cristina fez depois da aprovação do Senado? Eu saí de lá da Sessão do Senado, fui direto no Lira, falei "Lira, pelo amor de Deus, não chegou nada aqui ainda não, mas foi aprovado agora, por unanimidade com aqueles que estavam e nós precisamos dar resposta aqui na Câmara Federal. Nós precisamos fazer isso". "Deputada, não estou muito bem antenado com relação a isso, mas vamos conversar".

E toda semana, com exceção das duas últimas porque ele estava em uma missão lá na China, e vocês podem acompanhar nas redes sociais, eu tenho conversado com ele semanalmente para que de fato essa relatoria esteja na mão de algum deputado ou de Roraima, Amapá ou de Rondônia, especialmente, que é o nosso interesse, porque são pessoas que entendem o que é ex-território, o que essas pessoas realmente fizeram e porque merecem essa justiça social.

Foi falado aqui muitas vezes com relação à economia no Estado e para mim R\$ 50 milhões não é nada em vista do que essas pessoas fizeram. Então, de fato, tem que ter a união dos deputados, do governo estadual e é uma pauta extrapartidária. Eu sou do PL, a Deputada Cláudia é do PT e isso nada influencia de a gente pegar uma na mão da outra e falar: "Olha, estão nos representando e vamos colocar que aquilo vá para a frente".

Eu venho dessa maneira dizer para vocês que quando se fala em justiça social daquilo que vocês fizeram, eu acompanho - e acompanho desde quando eu estava fazendo o meu trabalho de jornalista, que vou ser jornalista o resto da minha vida. O cargo de deputada federal é muito passageiro. Por muitas vezes eu entrevistei pessoas que choraram, pessoas que se lamentaram, pessoas que xingaram, pessoas que não estão mais aqui.

Então, podem ter certeza que essa celeridade, que é o que nós queremos, tudo bem, o próprio José falou daquilo ali dos trâmites, existe um rito que se passa na Câmara, mas nós podemos dar uma celeridade, passar por alguns desses ritos se nós conseguirmos realmente agora, nesse período que o Lira vai estar, falar "Lira, pelo amor de Deus, vai logo para a Comissão de Constituição e Justiça, designa quem vai ser o relator".

E o que eu comecei a fazer junto com os outros pares? Quem está lá em São Paulo, quem está no Rio de Janeiro, outros lugares, não sabe nem o que é território direito. Então, a gente começou a fazer um trabalho para que eles entendam o que aconteceu quando nós não éramos Estado ainda. Porque Roraima, Amapá e Rondônia sabe como é que é. Eles estão vivendo uma realidade muito parecida, mas os outros, que não entendem muito bem, vão achar que só vai economizar para o Estado, que nós estamos interessados economizar para o Estado.

Eu não estou interessada em economizar para o Estado que tem superavit. Todos os anos a Assembleia aprova superavit aqui. O Estado está muito bem. Eu quero que esteja bem quem trabalhou por esse Estado, que merece ser valorizado, mas com dinheiro na conta, que merece ser valorizado dessa maneira, está?

Então, vocês podem ter certeza, estou falando de coração, fiz questão de estar aqui com vocês porque o político tem que olhar nos olhos. Algumas pessoas disseram, "Ah, mas é uma pauta do PT." Não é pauta do PT, não. É pauta de uma pessoa responsável, é pauta de quem ouve e eu estou aqui juntamente com a Deputada Cláudia, com o Deputado Ribeiro, com quem quer que seja, mas especialmente com vocês. E, Deputada Cláudia, parabéns minha amiga, você arrasa, eu faço poucas audiências, na verdade quase nenhuma, porque quem tem tino e quem faz audiência muito bem é a Deputada Cláudia de Jesus.

E todas as vezes que ela me convidar eu vou deixar o avião, ir lá por Ji-Paraná, vou andar 300 quilômetros, vou vir por aqui, viajar de madrugada, chegar em cima do horário. Eu não estou mais novinha, estou com quase 50, chego lá meio cambaleando, mas vou chegar feliz, porque reunir uma Assembleia como essa, repleta de pessoas que são líderes e que realmente estão aqui representando outras milhares de pessoas. É dessa maneira que eu vou estar aqui, olhando nos olhos de vocês e dizendo que eu estou à disposição. Inclusive um rapaz de Itapuã do Oeste pediu para falar comigo eu falei "Olha, meu telefone está aqui, pode me ligar que eu vou te atender". E atendo todas as minhas ligações. Muito obrigada.

Eu peço desculpas porque eu cheguei um pouquinho atrasada, estava em outro evento aqui da Assembleia e eu preciso finalizar uma planilha, por causa dos recursos que fecham amanhã. Então, eu preciso seguir, mas de coração, através da Deputada Cláudia de Jesus, ela sabe que ela manda em mim, o que precisar eu estou à disposição, porque ela é a voz de vocês. Muito obrigada. Deus abençoe.

O SR. CLÁUDIO CARVALHO (Mestre de Cerimônias) - Obrigado Deputada. Rondônia agradece.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Deputada Sílvia, quero te agradecer por todo o apoio, pelas palavras de carinho. Realmente, a gente fez um trabalho importante na vereança lá em Ji-Paraná e foi muito boa a caminhada juntas. A Sílvia é uma pessoa que a gente sempre pode contar com ela.

Então, estou muito agradecida da sua participação e todos nós vamos precisar muito do seu apoio lá em Brasília, da sua articulação, continue fazendo esse trabalho que já está fazendo lá em prol dessa PEC, que esses trabalhadores todos precisam muito; e, com certeza, na hora que os andamentos estiverem lá a todo vapor, nos avisem que a gente vai se articular porque realmente o povo precisa ir para lá, dialogar, conversar com os demais deputados que não conhecem a realidade desses três estados.

Muito obrigada. Fique à vontade e a gente vai se falando. Gratidão.

Dando continuidade ao nosso trabalho, eu convido agora para fazer uso da palavra, o senhor Evaniel Medeiros, que é o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicação do nosso Estado de Rondônia - Sinttel.

O SR. EVANIEL MEDEIROS DE BRITO - Boa tarde a todos, todas e todes. É com satisfação que a gente vem aqui. A gente está nessa luta também há algum tempo. Eu sou do setor de telecomunicações e, para quem não conhece, a antiga Teleron (Telecomunicações de Rondônia). Eu sempre falava que a briga nossa era incluir a Teleron e, sempre que a gente procurava,

diziam que a Teleron não podia porque era empresa de economia mista. Então, tinha esse problema.

A gente teve esse problema, passamos por esse processo todo e, até que, em algum momento, alguém lembrou que nós éramos servidores do Estado de Rondônia – a única empresa do setor de Telecom – e éramos funcionários, também éramos considerados funcionários, que exercíamos com maestria as nossas atividades. E aí a gente fica muito satisfeito.

Eu quero agradecer aqui, em nome de todos que compõem a Mesa, a Deputada Cláudia, sempre que nós a procuramos ela nos atendeu. Eu lembro que nós viemos, solicitamos essa Audiência, eu juntamente com a Lionilda, não é? A gente veio aqui, ela nos recebeu maravilhosamente bem, está realizando aqui e que bom que está envolvendo também. E a gente tem que lembrar que essa propositura dela é relevante e a gente quando vê a participação do Deputado Fernando, da Deputada Silvia, a gente entende que eles estão encampados nessa luta também.

E eu acho que mais que tudo isso, Deputada Cláudia, é que a gente reafirme, já que eles estão nos ouvindo também, que é importante que se mantenha a mesma estrutura que foi aprovada no Senado. Acredito que os 24 deputados dos três Estados estejam imbuídos dessa informação, para que não haja nenhuma alteração na Câmara, para que ela dê prosseguimento mais rápido. É isso que a gente aguarda. É isso a gente espera, que essa PEC 47 siga da mesma forma que foi aprovada no Senado.

A gente só tem a agradecer também e dizer que nós estamos juntos nessa luta. O Sinttel Rondônia está junto nessa luta há muito tempo. Infelizmente – como bem salientou a ex-senadora Fátima Cleide que está nessa luta desde a PEC 60, sempre nos ouviu –, infelizmente muitos de nós já

partiram, muitos de nós já estão com idade avançada. Mas, eu acho que a gente tem que ter esperança e eu acho que se a gente não tiver esperança a gente não avança e só se avança com luta, e luta quer dizer assim "precisamos estar lá no Congresso Nacional"? Vamos para o Congresso. Vamos lá, vamos mostrar a nossa cara, para que a gente possa fazer com que essa PEC ande mais rápido.

Obrigado a todos e todas e todes.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Evaniel pela contribuição e conte sempre conosco. A gente está à disposição para ir para a luta sempre que preciso.

Eu agora quero passar a palavra para o meu companheiro e Deputado Ribeiro do Sinpol, um companheiro de luta, um deputado também que tem contribuído muito e é muito importante a gente dizer que nessa caminhada ninguém é bom sozinho. A gente precisa se unir para que a gente possa fazer essa articulação. A gente viu muito bem aqui hoje a importância da participação da Deputada Silvia Cristina, do Deputado Fernando Máximo.

A gente também fez um diálogo a semana passada com a Deputada Cristiane Lopes sobre esse assunto. A gente também fez um diálogo com o coordenador da bancada de Rondônia, Maurício Carvalho. Então, assim, todos sinalizaram de uma forma muito positiva em contribuir com esse tema. Então, a gente fica feliz por isso e o Deputado Ribeiro tem atuado, muito mais até do que eu, nessa pauta, ele acompanhou isso de perto lá no Senado, a votação e a gente se uniu aqui para que a gente possa, já tendo entendimento dessa PEC, compartilhar com os demais deputados, porque é muito importante hoje a gente fazer esse diálogo também com o governo; ele, com certeza, já tem esse entendimento, mas

também cabe a nós, não é, estar levando essas informações e também nos unir aqui para fazer essa mobilização junto com a nossa bancada.

É necessário que a gente vá até Brasília, que a gente converse com os parlamentares, para que eles entendam a nossa realidade. E aí hoje a gente fez um diálogo, rapidamente, com o Presidente da Casa, sobre a possibilidade, o que aconteceu lá no passado: a Assembleia disponibilizou recurso para naquele momento irem vários trabalhadores reivindicar dos deputados federais a aprovação também de uma pauta. E a gente conversou com ele hoje, ele sinalizou positivamente tanto para mim quanto ao Deputado Ribeiro do Sinpol que, havendo a legalidade, a Casa tem orçamento; havendo a legalidade – e a gente precisa consultar –, a Assembleia está disposta a mais uma vez disponibilizar esse recurso para que vocês, junto com a gente, a gente vá para Brasília reivindicar, porque todas as conquistas que a gente teve até hoje foi através de muita luta.

Então, eu passo aqui para o meu companheiro Deputado Ribeiro do Sinpol, para que ele faça uso da palavra. Obrigada pela sua presença, meu querido.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL – Obrigado, gente. Obrigado, Deputada Cláudia de Jesus. Essa propositura desta Audiência Pública por Vossa Excelência foi muito importante, é muito importante o momento. Fico muito feliz de ter a senhora ao meu lado, que juntos tenho certeza que nós vamos conquistar muito para o Estado de Rondônia, muito para os servidores públicos.

Quero cumprimentar aqui todos que estão presentes na nossa Casa do Povo, na Assembleia Legislativa. Vejo várias autoridades aqui presentes. Vejo o olhar de pessoas que tanto

sonharam por esse momento, pela transposição. Muitos até não acreditam, outros acreditam, mas enquanto há vida, há esperança. A gente acredita que nós juntos vamos, sim, criar uma nova história para ter um final feliz dessa transposição.

Cumprimentar aqui, cadê, estou vendo o Ildes ali. Fala, Ildes. Bem, beleza, tudo bom? Professora Rilmacy. A Doutora Jéssica, que esteve comigo lá no Senado. O Milton Berbet, que é o Diretor dos Aposentados do Sinpol. Toda diretoria do Sintero. Quantas e quantas vezes nos encontramos, Manoel, dentro da Assembleia Legislativa, no Congresso, lá em Brasília, com essa pauta da transposição, que o Sintero sempre puxou. É o carro chefe da transposição em Rondônia. muito importante isso.

Para quem não me conhece, eu sou o Deputado Ribeiro do Sinpol. Eu sou militante de sindicato desde 2016. Eu fui tesoureiro por duas gestões e agora, em 2022, fui eleito Presidente do Sindicato dos Policiais Civis por chapa única. E me tornei deputado estadual agora, junto com a Deputada Cláudia de Jesus. Então, eu sou Presidente do Sinpol ainda e sou deputado estadual. É um sonho muito importante ter conquistado isso.

É um exemplo para o Brasil, é um exemplo para Rondônia dos nossos policiais civis do Brasil todo. Foi o único Estado que conseguiu eleger um diretor sindical. Os outros Estados, os policiais civis não elegeram nenhum. Só Rondônia fez o dever de casa. E isso vai ser fruto, espelho para todo o Brasil. E como disse Steve Jobs, eu sempre tive coragem de seguir minha intuição e meu coração. O resto foi secundário. E eu consegui levantar e ser deputado estadual para poder ajudar a minha categoria, as forças de segurança pública e todos servidores públicos.

Eu quero cumprimentar aqui, em nome do nosso Governador Coronel Marcos Rocha, é uma pessoa que eu encontrei semana passada, e eu acredito que ele é um divisor de águas. Eu falo para ele isso. É um divisor de águas na Segep, que é o nosso Superintendente Coronel Silvio, uma pessoa que tem um trabalho técnico dentro da Segep. Ele, com pouco efetivo, está conseguindo realizar aqueles nossos processos que estavam parados há tantos anos.

Hoje, nós sabemos que estão sendo concluídas as licenças-prêmio, as licenças-pecúnia. Todos os nossos processos que demoravam anos para receber. Levem o reconhecimento seu do nosso Governador Coronel. A sua gestão é muito importante na Segep. Acredito que a presença aqui engrandece muito o debate. Sabemos da importância que o Governo do Estado de Rondônia tem para acontecer nos ajudando nessas pontes para construir a nossa vitória na transposição.

Nosso amigo Bosco, quem mais não conhece o Bosco em falar em transposição, não é? O nosso Bosco hoje representa o Ministério da Gestão, Inovação e Serviços Públicos, DIGEP. A nossa Presidente do nosso Sintero, a Léo Simão, uma guerreira nas lutas dos direitos coletivos sociais. Seja muito bem-vinda à Assembleia Legislativa. Nosso Nereu, companheiro de luta. Não é, Nereu? A Célia Campos, a Presidente do Sindicato dos Servidores da Saúde. E representando o Iperon. O Iperon é o Elton Parente. Seja bem-vindo, Doutor Elton. E Evaniel Medeiros, representante do Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações do Estado de Rondônia – Sinttel.

Quero dizer que eu sou um deputado que tem uma especialidade. Eu não gosto de propor a minha gestão que eu tenho de desenvolver o meu mandato muito na emoção. Eu prefiro trabalhar com a razão. Sou muito pragmático nas minhas decisões. Eu não gosto de fazer, gerar expectativas

falando para um público onde às vezes as inverdades se tornam aplausos, mas as ilusões cada vez mais nos trazem mais desilusões. Então, o meu mandato eu vou falar de uma forma séria, certa, combativa, doa a quem doer, mas eu tenho que ser técnico, para eu conseguir conquistar o que eu quero.

Nessa pauta de transposição, eu estive lá no Senado Federal. Foi uma pauta única, porque vocês sabem que hoje o nosso Senado tem o lado pró e oposição, mas para ocorrer essa rápida vitória no Senado foi uma questão única. Se juntaram, oposição com o Senador Rogério Marinho e a situação com Randolfe, e rapidamente, foi aprovado sem nenhuma Emenda, o texto, no Senado Federal.

Foi uma vitória muito forte, muito grande, muito, muito, muito grande para todos os servidores públicos. Criou-se novamente essa esperança. Criou-se novamente essa esperança de se concretizar, Deputada Cláudia. Foi uma vitória muito grande, sem precedentes. Por quê? Quantos anos - como disse a Senadora Fátima Cleide - ficou parado esse tema? Trabalhando, trabalhando e nós conseguimos, de uma hora para outra, sem muitos de vocês nem acreditarem nessa utopia, aprovou no Senado Federal.

Após isso, gente, hoje, essa nossa transposição está realmente parada dentro da Câmara dos deputados federais. O Deputado Federal Fernando Máximo confirmou. O que precisamos fazer? Nós precisamos colher assinaturas. Nós precisamos colher assinaturas dos parlamentares para que eles se mobilizem, para posteriormente... estão faltando quase 100 assinaturas de parlamentares do Brasil todo, para passar na Comissão de Constituição e Justiça do governo federal. Depois disso, nós vamos trabalhar juntos, unidos, para que nós possamos, sim, levar para a plenária.

Então, deputada, eu deixo aqui dois encaminhamentos para ser mais rápido, mais direto e conclusivo. Eu proponho que Vossa Excelência seja presidente da Frente Parlamentar da Transposição, juntos, conte comigo. Vossa Excelência é a presidente. Porque é muito importante nós termos dentro da Assembleia Legislativa, como dizem, é o Templo do Povo, é a Casa do Povo. Então, nós precisamos trazer mais deputados envolvidos com esse tema. Nós somos melhores, com mais gente junta. Isso nós vamos propor juntos. A Deputada Cláudia vai ser a presidente. Eu vou fazer parte dela e nós vamos fazer uma articulação de representantes, dentro aqui do Parlamento Estadual, para que nós possamos sair fortalecidos desse tema.

E a pauta número dois, eu quero só avisar para vocês: O nosso presidente autorizou, posteriormente, a ida de caravanas para Brasília. Mas, após o 8 de janeiro, que aconteceu, quem esteve lá presente na votação do Senado, vocês viram o grau de dificuldade que aconteceu, vocês não conseguiram nem levar celular para entrar lá dentro dos degraus. Foi muito difícil para entrar.

Então, a gente precisa também saber, que às vezes, o que a gente usou lá atrás, hoje, talvez não seja tão importante devido às mobilizações que aconteceram em 8 de janeiro. A segurança lá está três vezes mais rígida, não é verdade, Doutora Jéssica? Então assim, só para a gente saber um pouco como que está acontecendo, o que foi no passado, e como está hoje.

E também, aqui têm diversos líderes sindicais. Eu acho que a gente tem que criar uma frente parlamentar dos sindicatos, se organizar, certo? É uma pauta que o Sintero puxa, mas a gente tem que ter o Sindsaúde, tem que ter Singeperon, tem que ter o Sinpol, sim, conversarem juntos, porque o próximo passo que nós temos que fazer é conversar com os oito deputados federais e cobrarmos deles uma posição

firme para que nós possamos sair com essas assinaturas. Esse é o encaminhamento número um.

Desde já, muito obrigado, agradeço a todos. Podem contar com o Deputado Ribeiro do Sinpol nessa luta. Obrigado, Presidente Cláudia.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Deputado Ribeiro. Com certeza estaremos juntos nessa caminhada. Eu quero agradecer a presença da Soeli Mageski, lá de Ouro Preto, que é Presidente do Sindicato dos Servidores Municipais. Obrigado por se fazer presente aqui conosco.

E dando continuidade aos nossos trabalhos, eu quero convidar para fazer o uso da palavra, a senhora Célia Campos - que é Presidente do Sindicato dos Servidores de Saúde de Rondônia - Sindsaúde.

A SRA. CÉLIA APARECIDA DE CAMPOS - Boa tarde a todos. Cumprimento a todos da Mesa em nome da Deputada Cláudia - nossa parceira, desde que assumiu o mandato. Muito obrigado por sempre abrir as portas da Comissão de Saúde para os sindicatos, principalmente, para o Sindsaúde.

O Sindsaúde, assim como o Sintero, foi fundamental a luta que os dois travaram para a primeira leva de servidores transpostos. É muito importante esta Audiência Pública, hoje, é um passo importantíssimo para que a gente consiga levar essa outra turma.

Mas, eu devo também esclarecer a todos que tomem cuidado na hora de transpor porque o colega Nereu falou: "Tem que tomar muito cuidado com os valores". Eu falo isso pelos

servidores da saúde. Que para muitos não valia a pena ter transposto, ir para o quadro da União, porque perderam valores. Por exemplo, a maioria dos servidores da saúde da época tinha um salário muito baixo, mas tinham uma vantagem pessoal. E eles passaram, presidente Léo, a senhora sabe disso, com um valor abaixo do que ganharam.

Então, nós temos que tomar muito cuidado na hora de transpor, se inteirar direitinho do salário que vai ganhar para depois não se arrepender, como muitos colegas nossos se arrependeram. São poucos, mas alguns se arrependeram. Eu estou falando do caso dos servidores da saúde, porque não valeu para a maioria, principalmente da área auxiliar não valeu a pena transpor.

Mas, essa luta é séria, e o Sindsaúde não ficará de fora. Porque o Sindsaúde é o segundo maior sindicato do Estado de Rondônia. E sempre, desde que nós assumimos o Sindsaúde, somos parceiros do Sintero e não vamos deixar essa luta também.

Então, nós temos que fazer todas essas lutas, sim, Deputada Cláudia. Temos que fazer caravana, não podemos desistir. Nós traçamos uma meta e nós vamos lutar para que cheguemos ao final com vitória. Porque, quando você levanta uma bandeira de luta, você tem que erguê-la, pode estar caindo ali, não dar certo, mas você tem que se manter em pé. É assim que nós lutamos, o Sindsaúde. Levantamos uma bandeira e vamos até o fim, até conseguir colocar no mastro. Assim vai ser a luta para a transposição dos servidores do 91. Sindsaúde está sempre junto, estamos juntos nessa luta.

Deputado Ribeiro, sua palavra foi muito boa. Parabéns. E eu agradeço de coração o apoio que vocês dão nessa luta para a transposição.

Sindsaúde agradece à presidente Léo pela parceria nessa luta. Muito obrigada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Célia, pela sua contribuição.

E agora eu quero aqui passar a palavra para a Lionilda Simão, que é presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia, o Sintero. Agradecer à Léo por sempre estar presente com a gente e também ela foi uma das responsáveis, junto com os demais sindicatos, para que esta Audiência acontecesse. É uma parceria. A gente está aqui para abrir as portas da Casa, e conte sempre conosco.

A SRA. LIONILDA SIMÃO DE SOUZA - Ok. Eu quero iniciar cumprimentando a Deputada Cláudia, parabenizar e agradecer por você ter ouvido o chamado dos sindicatos e hoje estar acontecendo esta Audiência Pública. Em nome da nossa Deputada, eu cumprimento toda a Mesa.

E eu não poderia deixar de fazer um cumprimento especial aqui para o nosso Deputado Ribeiro. Em nome dele cumprimentar todos os sindicalistas que estão aqui presentes, porque ele vem do movimento sindical. Isso é muito importante para nós. É uma representatividade importante para a classe trabalhadora.

Gostaria de cumprimentar, em nome do Manoel, todos os trabalhadores que estão presentes e os que estão nos acompanhando de forma remota. Então, é muito importante nós termos os trabalhadores acompanhando, que são partes interessadas nessa pauta.

Gostaria de parabenizar aqui a dinâmica, porque uma Audiência Pública, o objetivo dela é de fato ouvir a comunidade, ouvir a sociedade, fazer essa articulação da sociedade para com o poder público. Então, muito importante essa dinâmica de ouvir. E eu achei muito interessante porque audiência pública é isso: é ouvir a professora Rilmacy e de repente não concordar, mas respeitar o que ela está dizendo; é ouvir companheiro Manoel, e respeitar a forma como ele se expressa dizendo "eu acredito", e a companheira também dizendo "eu não acredito mais". Até porque a gente entende que nós realmente tivemos muitos e muitos atropelos que deixaram muitos trabalhadores desanimados e acreditando que esse direito não aconteceria.

Mas, eu sou uma pessoa que acredita. É por isso que eu sou sindicalista. É por isso que nós estamos à frente de um sindicato que, desde o início, quando a senadora Fátima Cleide, que é uma sindicalista, que foi da direção do Sintero, fez essa proposição por meio da Emenda Constitucional 60, o Sintero acreditou e o Sintero veio junto.

É interessante que o companheiro do Amapá falou da complexidade da transposição. E de fato essa complexidade existe desde 2012, quando foi proposta a Emenda 60. E que depois nós tivemos as Emendas do Acre, do Amapá, mas a gente observa essa complexidade por quê? Tudo vem acontecendo por etapa, Deputada. Essas etapas, importante a gente dizer aqui que, para acontecerem essas etapas – para muitos trabalhadores que já estão no quadro transposto, graças à participação de muita gente –, teve que ter a atuação dos sindicatos.

Então, no primeiro momento, o que foi proposto pela sindicalista e na época senadora Fátima Cleide? Que fosse até 1991, conforme está na lei. Não conseguimos, e a partir

daí nós começamos a travar essa luta para que fosse reconhecido o direito até 1991. E, dentro dessa complexidade nós tivemos até 15 de março de 1987, mas quantos estavam dentro desse marco temporal e que ficaram de fora? Nós tivemos aposentados, nós tivemos nossos companheiros leigos que foram os responsáveis por estar nesse Estado e com todas as dificuldades fazer com que o serviço público pudesse avançar e contribuir com o povo de Rondônia.

Nós tivemos ali pelo meio do caminho, o nosso povo que entendemos que tem direito em estar na transposição e que fizemos esse debate muitas vezes com o Coronel Rodrigues, que são as pessoas que têm o vínculo com o Estado, foram contratados através do - me faltou aqui a palavra -, do convênio. Foram contratados através do convênio e nós entendemos que têm direito porque, naquele momento, o convênio foi só uma maneira legal de contratação, mas quem era responsável para fazer o pagamento era o Estado.

E os aposentados que também, no primeiro momento, até 15 de março de 1987 ficaram de fora. E quem foi vencendo essas etapas e fazendo com que alguns desses companheiros conseguissem serem transpostos dentro desse marco temporal? Os sindicatos. Não só o Sintero, mas todos os sindicatos que são partes interessadas fizeram esse trabalho para que nós tivéssemos êxito.

E, algo que eu gosto de externar aqui porque eu sou uma parte interessada em ser, inclusive, transposta, mas quando entramos no Sintero, em 2018 nós tivemos que nos envolver mais profundamente, por quê? Porque apareceu a Medida Provisória 817. E foi graças ao sindicato, graças ao Sintero - a Dioneida não está aqui, mas nós duas acompanhamos isso de perto -, é que nós vimos que naquela etapa que foi apresentada uma medida provisória, Rondônia estaria de fora.

Então, nós ouvimos, inclusive, parlamentares da época fazendo a divulgação da MP 817 e quando nós, sindicalistas, fomos observar, nós Rondônia, estavam sendo contemplados servidores, aposentados e pensionistas do Amapá e de Roraima, estavam sendo contemplados os que fizeram concurso e permaneceram no mesmo cargo do Amapá e Roraima e Rondônia estava de fora.

E quem teve essa percepção foram os sindicatos. E nós fomos e fizemos o debate e, a partir do nosso debate, os nossos servidores aposentados e pensionista, os que fizeram concurso foram contemplados no que deu origem à Lei 13.681, que disciplinou algumas normas dentro das Emendas Constitucionais 60, 98 e 79.

Então, gente, eu estou fazendo essa analogia para que nós consigamos entender a importância do movimento sindical. E é graças a luta do movimento sindical que nós agora vamos ter a oportunidade de quem sabe, serem transpostos os de até 1991. Só que para isso acontecer, deputados, e não sei se o Deputado Fernando Máximo ainda está presente e ele é deputado federal, nós precisamos da articulação da nossa bancada, da nossa bancada do Amapá, de Rondônia e de Roraima. Porque são essas bancadas que vão ter o papel de fazer o convencimento dos demais parlamentares dos outros Estados que não têm interesse nessa pauta. Então, não é uma tarefa simples, mas que precisa ser feita e que a gente entende que os deputados têm força, as nossas bancadas têm força para fazer isso.

E me preocupa muito quando nós tivemos pautado no Senado e aprovado, 12 de setembro. Me preocupa quando se coloca aqui que ainda não tem relatoria, entendeu? Que não tem previsão de quando vai passar pela Comissão de Constituição e Justiça na Câmara Federal. E, diante disso, se não tiver o envolvimento da nossa bancada federal pode ser que não aconteça, de fato, esse ano, professora Rilmacy.

Porque, pelo que foi falado aqui é isso. Mas, audiência pública serve para fomentar o debate e para que a gente faça o enfrentamento, faça a luta para que de fato aconteça.

Então, essa Audiência Pública aqui em Rondônia nós a propusemos, não é, Evaniel? Convidei vários companheiros de sindicato, estivemos aqui conversamos com a Deputada Cláudia; nossa companheira, que é minha companheira da hora, a gente está junta em várias pautas, que é a Célia, nós entendíamos que conforme aconteceu no Amapá, que lá no Amapá teve Audiência Pública, lá em Roraima teve Audiência Pública. E lá no Amapá tem mais, existe uma secretaria que trata especificamente, Coronel Rodrigues, sobre essa pauta. E talvez seja por isso que Amapá e Roraima estão mais avançados que Rondônia.

Então, o que queremos hoje é conclamar todos aqueles que têm o poder e é o poder da caneta, nós temos o poder da luta, da reivindicação, mas nós precisamos daqueles que têm o poder da caneta para dizer: nós vamos nos envolver nessa luta e nós vamos fazer com que aconteça. E é por isso que a nossa satisfação é grande.

E hoje eu sou muito agradecida pela Deputada Cláudia de Jesus e pelo Deputado Ribeiro que veio aqui. A gente já trocou umas figurinhas e eu tenho certeza de que está envolvido nessa pauta, já foi pontuado aqui, e várias proposituras já foram feitas.

Contem com o Sintero. Estamos juntos na luta para o que der e vier. Muito obrigada!

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Obrigada, Léo, pelas suas palavras e contribuição. Muito importante a sua fala e a gente está junto. Conte sempre com esta Casa aqui. A gente

está aqui para se ajudar nessa caminhada. Eu passo agora a palavra para o senhor João Bosco, que representa o Ministério da Gestão, Inovação e Serviço Público, e a Digep/RO.

O SR. JOÃO BOSCO COSTA - Peço permissão para falar sentado. Quero cumprimentar a todos nesta Audiência Pública. Quero, inicialmente, cumprimentar à Mesa, a Excelentíssima Senhora Deputada Estadual Cláudia de Jesus. Eu quero parabenizá-la, que desde o momento em que eu a conheci, o seu carisma, a sua dedicação, você teve a minha admiração. Eu acredito que o seu trabalho realmente vai fazer a diferença para Rondônia. Então, eu quero parabenizar a senhora.

O senhor Sílvio Luiz Rodrigues, meu amigo Superintendente da SEGEP/RO; meu amigo ali, o Doutor Elton, Diretor do Iperon; a Lionilda Simão, Presidente do Sintero; o Nereu, Diretor do Sintero, meu amigo também; a Célia, Presidente do Sindsaúde e o meu amigo aqui, o Evaniel, uma satisfação.

Então, é uma Mesa repleta de pessoas capazes de fazer uma leitura do que realmente está acontecendo aqui. Eu gostaria de nominar as pessoas que eu conheço que estão na plateia, que estão aqui participando. Mas, para não cometer uma gafe, eu quero iniciar cumprimentando a CUT, aqui presente; demais entidades de classes; os advogados, advogadas; todos os demais servidores; trabalhadores que estão aqui e servidores públicos que estão presentes.

Na verdade, tudo que foi dito aqui, eu acho que já foi falado da importância. A gente fica aqui ouvindo desde o pessoal que falou aqui: do Anchieta, o Fernando Máximo, a Fátima Cleide, o pessoal aqui presente; é uma leitura que tem tudo a ver com todos os problemas que existem, as

dificuldades, as lutas, as vitórias, o contexto com relação à vida, que nada mais é do que o que já foi dito. Como eu disse – só para fortalecer a redundância – não é só de direito, mas de justiça, para aqueles que foram pioneiros, para os que contribuíram e continuam contribuindo para que este Estado seja o Estado que é hoje.

Nós sabemos e foi dito aqui, e me perdoem, que eu não vou falar os nomes de quem falou, mas quero só lembrar da importância do que foi dito aqui. Mas, me parece que foi a Flávia. E que é preciso ter cuidado. E também foi falado pela Rosa. Não só esperança, mas esperar, acompanhar com muito cuidado esse trabalho. Como aconteceu com os que estão hoje aí sofrendo com relação ao N.A. e ao N.I., com relação ao artigo 29, com relação ao artigo 6º, com relação aos professores leigos, com relação aos pioneiros, com relação aos professores de EBTT (Ensino Básico, Técnico e Tecnológico), com relação a tudo isso que é uma novela burocrática que poderia ter sido resolvida da melhor forma possível.

E, lamentável, houve o quê? A falta de cuidado do Parlamento e também de um acompanhamento mais forte. Então, quando se fala de união, é isso aí que está acontecendo hoje aqui. O sindicato, eu sou diretor de um sindicato hoje e já fui presidente, e a gente sabe que o Estado brasileiro não dá nada de mão beijada. E nós temos um Congresso Nacional que não é fácil, mas com a força política e a união de todos, as coisas podem e vão acontecer.

E eu não tenho dúvida que a PEC vai ser aprovada. O que eu acredito e nós precisamos cuidar de perto para que o que foi aprovado pelo Senado não caia e não demore. Nós precisamos – quando digo “nós”, muitas vezes eu falo porque eu estou à frente da Digep/RO – mas eu estou tendo o cuidado de trabalhar com os sindicatos, decidir juntos em reuniões.

Já estivemos várias vezes lá com Nereu, com o pessoal do Sindsef/RO, com todo mundo, nas decisões que eu tenho que tomar, inclusive.

E eu não tenho nenhuma preocupação de falar isso, porque eu acho que as pessoas, nós temos que trabalhar ali com um olhar humanitário. A evolução tem acontecido nos trabalhos, mas com muita dificuldade, porque o nosso perfil lá também não é um perfil de jovem. Somos todos no mesmo perfil de idade. Mas, eu quero aqui também fazer um registro dos servidores da Digep que têm sido um pessoal aguerrido nesse trabalho junto com a gente.

E quando a gente decidiu vestir essa camisa, eu disse: "Eu sou um gestor, mas eu sou antes um servidor". E vocês tenham a certeza que o que depender de mim eu vou estar à disposição. Eu até andei falando e vou falar para vocês aqui. A Digep está carente de um representante político no Ministério da Gestão. E aí, deputada, eu faço esse registro porque não só precisa o Congresso, lá o sindicato, nós precisamos também fazer um trabalho junto ao Ministério da Gestão e Inovação, porque a demanda ainda é enorme, a necessidade de servidores que estão morrendo e não estão vendo os seus direitos e a justiça acontecer.

Nós tivemos, no ano de 2021, 161 pessoas transpostas. Em 2022, 434. Só esse ano nós já tivemos 678 pessoas. É importante que se diga que o processo dessas pessoas, que nós temos pendentes ainda, 360 pessoas, aproximadamente, que foram deferidas e precisa incluir em Folha. E essas pessoas vivem aguardando. Claro que não é só o pessoal da ativa. É o pessoal também aposentado. Mas, são pessoas que têm esse direito. E como foi dito aqui, os professores que vivem em uma luta, batalhando com relação aos direitos, que foram aposentados e não estão recebendo o seu EBTT, que não têm direito a RT (Retribuição por Titulação), que vieram desde

o Estado com esses reconhecimentos de titulação, estão perdendo algumas gratificações, não é?

Então, é preciso que a gente vista a camisa, se uma muito forte em defesa da PEC 47, mas é preciso também que vocês continuem olhando e apoiando os sindicatos na luta por aqueles que já foram transpostos, mas muitos não levaram ainda.

Eu não quero me alongar, mas só falando um pouquinho com relação ao trabalho que a Digep vem fazendo. Foi dito aqui também, ninguém faz nada sozinho. Se você não estiver articulado com quem pode, e como eu disse, a coisa mais importante para mim são os servidores; e segundo, nós temos feito um trabalho em conjunto. O Coronel Sílvio e o Doutor Elton. Nós temos trabalhado unidos, defendendo os interesses, ultimamente, nós estamos agora assinando a renovação de um convênio em que antes a dificuldade de conseguir uma CTC (Certidão de Tempo de Contribuição) no Iperon (Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia).

Eu vi um dia desses duas servidoras que vieram de Vilhena, passaram dois dias aqui para conseguir uma certidão. Me desculpa o que eu vou falar aqui, Doutor Elton, fizeram o nome da certidão de outra pessoa. A pessoa chegou lá, não olhou e voltou sem a certidão. E foi disso aí que a gente conversou e o Doutor Elton falou: "Através do convênio, o servidor não precisa mais ir no Iperon buscar sua certidão, ela vai direto para a Digep".

Nós sabemos que tinha uma demanda de mais de 200 processos, com pessoas que tinham lacuna no Iperon sem poder aposentar, e nós conseguimos trabalhar com Brasília – esse é um trabalho que envolve o SERPRO (Serviço Federal de Processamento de Dados) e tudo – e conseguimos avançar.

Nós temos quase 300 processos na ação judicial. E hoje nós temos uma equipe lá, que é a equipe que foi, com todo respeito à experiência dos outros, que são experiências enormes, que se não fosse esse pessoal a gente não andava, mas tem uma equipe hoje dos empregados públicos que vieram das empresas Caerd, Ceron (Centrais Elétricas de Rondônia) e Teleron, que eles estão fazendo a diferença e as coisas têm avançado muito.

Uma prova disso, eu trouxe aqui o meu amigo, companheiro aqui, o Wilson Lopes, que está aí, e que ele está como coordenador da parte que chama de AJ – Ação Judicial. Antes tinha lá uma, duas, pessoas fazendo esse trabalho em uma sala. Hoje nós temos duas salas com sete ou oito servidores trabalhando na parte de ação judicial. Então, a gente sabia, que tinha ação de 2021 só para incluir em folha, para cumprir.

É uma demanda que hoje eu digo sempre, a gente chega, cuida de uma coisa, daqui a duas horas eu não lembro mais. Quando eu saio da Digep eu não lembro o que aconteceu para trás. Porque são centenas e centenas. Atendo a todos os servidores do interior que me ligam, dos sindicatos que me procuram, os advogados, os amigos e a quem eu não conheço.

Então, assim, enquanto eu estiver à frente, vocês tenham certeza que vocês têm um aliado. E, Deputada Cláudia, eu agradeço o convite. E foi a primeira deputada que me procurou para falar de transposição. Tudo que eu puder fazer para participar dessa pauta, a parte técnica, principalmente, pode contar comigo. Muito obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Obrigado, Bosco, por sua contribuição. E com certeza a gente vai precisar muito aí desse apoio da Digep nessa caminhada.

Dando continuidade, eu convido para fazer uso da palavra o senhor Elton Parente, que é Diretor de Previdência, e neste ato, representa o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos - Iperon.

O SR. ELTON PARENTE DE OLIVEIRA - Boa tarde a todos, queria cumprimentar a Deputada Cláudia de Jesus e agradecer o convite para participar dessa Mesa. É um tema bastante sensível, e com certeza, afeta diretamente os nossos servidores. E eles têm também se socorrido - como o Bosco já comentou - do Iperon, em algumas situações.

Como o Bosco já adiantou também, temos uma forte parceria Segep, Digep, Iperon para resolver esses casos em específico.

E em nome desses parceiros - Coronel Rodrigues e Bosco - quero cumprimentar toda a Mesa e agradecer, com certeza, a presença de todas as lideranças que aqui estão. A gente vê que é um público, realmente, muito seletivo em termos de representatividade, no termo de alcance que vocês têm, para que essa mensagem chegue a todos os servidores, que são os maiores interessados.

A gestão do Iperon teve uma nova roupagem a partir de janeiro de 2024, agora. Então, as dificuldades que nós enfrentamos também são várias. O exemplo é válido e é real. É uma realidade do Iperon, do que a gente está vivenciando em dificuldades, também operacionais, mas também o avanço é muito grande. E os números que o Bosco acabou de comentar, representam isso, o quanto a gente tem conseguido avançar porque todos esses servidores que vão para a transposição ou eles precisam do processo de aposentadoria para ser transposto ou ele precisa da certidão - se ele for ativo, para que ele leve a sua contribuição.

Então, seja ativo ou seja já aposentado, eles vão passar pelo atendimento do Iperon. Então, a gente sabe também da importância e do papel que tem o Iperon nesse processo para que a gente consiga e que a gente possa dar o melhor atendimento a todos os servidores, que se esforçaram tanto, se dedicaram tanto ao Estado e sofrem de um processo burocrático e lento nessa hora que precisa. E é isso que a gente não quer continuar mais, a gente quer realmente dá um processo ágil nesse atendimento.

E assim como o Bosco trouxe alguns números, eu posso comentar alguns também diretamente do Iperon, é que até o presente momento, nós estamos com 1.210 concessões de aposentadorias esse ano - isso no geral, estou falando de aposentadorias de servidores do Iperon -, aliás, servidores do Estado ligados ao Iperon, frente a 769 no ano inteiro de 2022. Ou seja, nós já concedemos muito mais do que no ano anterior. Então isso mostra o quanto a gente está buscando realmente melhorar e agilizar esses atendimentos.

Com relação a pauta do momento, que é a PEC, é reforçar esse comprometimento do Iperon. De que a hora e momento que vocês precisarem de uma certidão, de um documento, de um processo, que o Bosco mandar uma listagem para a gente, essa listagem vai ser prontamente priorizada para que a gente faça esse atendimento, assim como nós já estamos fazendo. Está sendo dada toda prioridade para os processos de transposição para que isso aconteça.

Então, nós temos um convênio que está sendo reafirmado agora com o Digep e Segep, em que nós agilizamos toda essa tramitação sem a necessidade de o servidor ir à nossa regional do Iperon ou a nossa sede. Ele não precisa mais. Todo esse processo é providenciado internamente pelo Iperon e enviado à Digep.

É claro que envolve também Segep. É claro que em vários casos, também envolve recomposição do processo junto ao Tribunal de Contas do Estado, mas tudo isso a gente vai trabalhando em conjunto para dar esse atendimento ágil, célere que é necessário para que esse direito seja realmente garantido.

Então, reafirmar esse compromisso e Deputada Cláudia de Jesus, também conte conosco nessa frente, nesse trabalho técnico para que a gente avance e garanta o direito dos servidores que batalharam tanto e que merecem o que é justo, que é de direito deles. Obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Bom, e agora a gente vai ouvir o último que tem a falar na nossa Mesa de autoridades, o Coronel Silvio Luiz Rodrigues da Silva, que representa a Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas - Segep, também vai nesse ato, representando a Sepog.

O SR. SILVIO LUIZ RODRIGUES DA SILVA - Muito obrigado, boa tarde, boa tarde deputada. Cumprimentando já a senhora pela iniciativa e é preciso coragem, é preciso coragem.

E de fato, eu quero criar um contexto diferente aqui, a gente vai falar de transposição, vão surgir dores, vão surgir promessas vãs; vão falar de pessoas enganadas, de falta de justiça ou de injustiçados. Então, todos dessa Mesa aqui - Bosco; a deputada; Elton; Lionilda; Nereu; a querida Célia; Evaniel, eu tinha medo de falar errado, perdão, todos nós, e eu creio que muitos de vocês aqui - o ser humano ele é essencialmente visual. Eu falo transposição, transposição, transposição e ninguém tem mais uma noção porque nós temos um ambiente muito bonito. A gente está vivendo uma época

diferenciada. É ou não é, Geraldo? É ou não é Golberi? Assim todos outros. Professor Sena - que eu cumprimento na plateia.

Eu trouxe, deputada, um pouquinho de um material que nós temos porque a minha, a nossa concepção interna que o Estado tem, é que a gente observa que, primeiro, falando de PEC, é fundamental escrever muito bem.

Essa pressa que a gente tem, não pode virar problemas, como o artigo 6º, o artigo 29, EBTT, convênios, professores leigos, e assim por diante. Por quê? Porque vai judicializar e vai travar de novo. Ponto. Não adianta ter essa sana de querer escrever. O que acontece é: eu coloco no barco alguns, e saio, e outros ficam lá na margem; ou todo mundo entra e o barco é furado, e todo mundo cai lá embaixo.

Então, de fato, o N.A., os níveis auxiliares hoje falando do Executivo Estadual, por uma questão de um aumento dado pelo Governador Marcos Rocha, não é vantajoso. Não é vantajoso virar federal para dizer que é federal e ganhar R\$ 1.600 a menos por mês. Não é vantajoso. Então, não façam isso. Não façam isso. Continuem sendo do Estado que vocês vão ganhar mais. Está certo?

Mas, eu quero - dizendo que o ser humano é visual - então passar um pouquinho do que é a transposição, porque já disseram aqui "olha, nós temos que entender o que é esse território, nós temos que passar...", eu pediria que a plateia viesse, foi por isso que eu não fiquei de costas, porque eu sei que alguns comentaram sobre questões... É deste Estado que a gente fala. É dessa época.

Pode passando o slide, por favor, devagarzinho.

(Apresentação de slide no telão)

São dessas questões... Essa talvez seja uma pessoa que esteja aqui conosco hoje, a gente não sabe bem quem é. É uma foto muito bonita. Mas, era pau de arara. Polícia Civil, anos 1980. Segue, por favor.

Olha aí, Eucatur, Andorinha. São essas pessoas aí que a gente está buscando, é para esse tipo de coisa – eu vou usar o termo “gente” falando “gente sofrida” –, é para esse tipo de gente que a gente quer buscar reconhecer. E não há distinção entre “é Marcos Rocha”, ou “é PT” ou “é qualquer coisa”. É um barco só, gente. É um barco só. Vocês não tenham dúvida disso. Segue, por favor.

Isso é um colégio, isso é uma sala de aula. Isso é uma sala de aula. É isso que a gente quer buscar e levar para Brasília, em especial para Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, porque, se eles não mudarem a opinião, não vai ser a Decipex (Diretoria de Centralização de Serviços de Inativos, Pensionistas e Órgãos Extintos) que vai mudar, gente. Se os Procuradores não mudarem a opinião de uma série de coisas, não será a Decipex que vai dizer: “Não, não, eu vou contrariar os Procuradores, eu faço por aqui; vou “matar nos peitos”.”. Ninguém faz isso. Ninguém faz.

Olha aí. Olha que lindo esse Fusca. Olha que estrada maravilhosa. Segue, gente. Olha aí, mais uma sala de aula. Essa aí inclusive bem estruturada. Segue, por favor. Mas enfim, muito comum naquela época, é um caso de um de um morador atingido por uma árvore. Acabou? Tira isso, então, pelo amor de Deus.

Mas, gente, então assim, o que a gente quer buscar com isso? O que a gente traz aqui? É essa a realidade que nós temos que trazer, tirar daqui um pouquinho, dizer que a gente veio disso, que nós estamos brigando para essas pessoas por isso. E eu tenho pelo menos mais umas 40 fotos assim dessa

época, dessas questões, e tentar mudar essa concepção lá. O leme de fato é a bancada. Não há dúvida disso.

Se há essa dificuldade, e muito bem pautou o Deputado Ribeiro do Sinpol, que em maio perguntou para mim "quantos eram os servidores de 1987 a 1991?" Em maio ele perguntou. E eu respondi para o Germano, que agora perguntou antes: 8.928, esse é o número de servidores, Nereu, que pode ser transposto, de 1987 a 1991. Esse é o número. Esse é o número. Do Executivo. Eu não estou falando de município obviamente, nem de outras empresas. Então, eu falo do Executivo. Mas é fundamental que a gente diga o seguinte. O meu colega Bosco citou lá 678 transpostos. Desculpa, Bosco, eu tenho que corrigir um pouquinho. Transposto é quando eu saio do Estado e o meu pagamento eu recebo federal. Aí eu estou transposto. Portaria com SIAPE (Sistema Integrado de Administração de Pessoal), eu não estou transposto ainda não.

Então, só desse ano tem 291 que já receberam portaria e não transpuseram ainda. Desde 2021, nós começamos com os aposentados. Até hoje, 504 transpuseram. Nós enviamos 1.190 processos de maneira on-line sem que precisasse ninguém pagar nada, porque já havia uma indústria de despachantes querendo pagar, pedir R\$ 2 mil, R\$ 3 mil para pessoas com dificuldade financeira, "não, eu faço para ti tudo". Ele ia tirar cópia, ia precisar autenticar e ia mandar para lá.

Então, o Iperon entendeu, nós fomos com a parceria da Digep e disse: "Olha, vocês têm o SEI, nós queremos o SEI também e ninguém vai pagar nada". Se ele pagar, ele vai autenticar. É o seu endereço e a sua conta corrente. O resto tudo o Estado tem aqui, o Estado forma.

Então, dos R\$ 2 mil, ele não gasta... Eu vou exigir, vou passar, se muito, R\$ 10,00 para mandar o processo dele. E está lá. Tem 1.190, tem pelo menos 600 de aposentados que

estão lá para transpor. Está certo? Então, saibam e tenham convicção plena que...

Perguntaram aqui também, e eu não vou fugir de nenhuma pergunta que não faz parte da "missa". "Ah, Marcos Rocha vai ajudar a ir de ônibus". Ô, pessoal, eu não sei se o governador vai ajudar a ir de ônibus. Sinceramente, eu não sei. E vou também dizer do aspecto legal. Mas, eu digo para vocês que o Coronel José Marcos Rocha dos Santos é de 1990. Está certo? Entenderam? Ele é de 1990. Então, estamos todos no mesmo barco.

Deputada, eu quero parabenizar a senhora. Dizer que o Estado está a sua disposição para ajudar em tudo o que puder. Da mesma forma, o Bosco já sabe disso. O Elton é um amigo ímpar que surgiu aqui. As meninas, eu vou usar o termo assim, a Célia e a Lionilda são colegas de proximidade, a gente conversa. O Nereu eu conheço desde o primeiro mandato, antes da transposição, não é, Nereu? Você é antigão já. E assim, Evaniel, a gente está à disposição de vocês, mas é fundamental, gente, vamos escrever direitinho o que a gente precisa colocar nessa PEC, porque senão esse presente pode virar presente de grego. Eu só peço isso, porque judicializar não é bom.

O Bosco é testemunha disso, que nós recebemos em 2022 a visita da Decipex aqui e ele disse: "Olha, descobrimos que há uma indústria preocupada e querendo judicializar." Uma indústria de profissionais do Direito, eu não estou falando mal e nem bem de ninguém, até porque não fui eu quem disse. Mas ele disse: "Olha, eles querem isso, postergar, demorar e você vai pagando e a sua esperança vai indo embora."

No mais eu agradeço a possibilidade e me coloco à disposição para ajudar também. Sou mais um braço em um barco que está remando. E, sim, eu defendo que a gente tem que se

mobilizar e ir para Brasília com tudo e, principalmente, se não puder por conta de 8 janeiro, rede social. Rede social dos nossos deputados, rede social do deputado do Amapá, rede social do deputado de Roraima. Essa é a pressão que existe e cabe a gente fazer caso não possa, efetivamente, estar lá presencialmente.

Muito obrigado. Boa noite. Fiquem com Deus.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigado, Sílvio, pela contribuição. A gente vai precisar muito do apoio do Estado, tanto de vocês como do governador para que isso possa caminhar. A gente sabe que hoje o apoio do governo é fundamental, afinal o Estado ganha muito também economicamente.

O Bosco pediu aqui rapidamente mais uma vez a palavra, ele quer passar mais uma informação e a gente já volta aqui para finalizar.

O SR. JOÃO BOSCO DA COSTA - Deputada, muito obrigado. Só queria lembrar aqui, Coronel, fazer justiça com o senhor. Eu esqueci. Fazer para vocês a parceria tão importante que nós estamos trabalhando unidos em defesa da transposição. Eu pleiteei, falei com ele, demorou um pouco a dar resposta, mas foi através dele que nós estamos conseguindo *wifi* para a Digep. Porque transposição não pode haver distância, Digep sem Segep, Segep sem Digep. Então, nós estamos conseguindo um link para a Digep para que os servidores possam trabalhar melhor. Muito obrigado ao senhor.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Bom, mais uma vez a gente agradece a todos que participaram. Esta Audiência Pública, a Ata está sendo confeccionada pela equipe da Assembleia. Nas falas, que foram dados encaminhamentos, vão nos facilitar para que posterior a gente possa fazer gestão, mas o que ficou muito bem claro aqui é que nesse momento a gente precisa fazer gestão junto à bancada federal.

Como deputada a gente faz esse compromisso de dialogar com os demais parlamentares para que a gente possa, até que isso não se concretize, a gente fazer gestão pedindo para agilizar, fazer essa cobrança constantemente. Então, vocês podem contar conosco.

Essa semana que vem a gente tem uma ida a Brasília e a gente já vai levar uns ofícios mediante as informações que o Sintero nos passou e protocolar em todos os gabinetes da bancada de Rondônia. E começar também a montar uma estratégia juntos, de como a gente se direcionar e todos esses parlamentares, porque são três Estados. Mas, a gente precisa fazer gestão com 513 deputados federais. Então, vamos precisar de muita força, vamos precisar de estar em sintonia. E eu quero me colocar à disposição.

Dizer, Lionilda, conte conosco. Eu acho que nessa caminhada a gente precisa estar muito juntos para fazer o trabalho que precisa ser feito. Acho que valeu muito a pena a gente ter feito esse momento para colocar essa problemática para que todos possam compreender o que está acontecendo, as ações que precisam ser feitas politicamente e é isso. Depois a gente vai passar essa Ata, Lionilda, para você e demais sindicatos.

Agradecer mais uma vez aqui ao Sílvio que esteve presente com a gente; o Elton, obrigada. É importante a gente poder contar com o Iperon para essas informações. A gente

sabe que os servidores que estão inseridos nesse processo dependem muito desses órgãos. Então, essas informações em tempo hábil vão facilitar muito.

Agradecer também ao Bosco que deu a sua contribuição, mas também a gente sabe a importância da Digep em todo esse processo.

Lionilda, mais uma vez agradecer e parabenizar todo empenho do Sintero, toda a sua equipe para que essa transposição de fato aconteça e a gente acredita muito nisso. Acho que o que nos move aqui hoje é a nossa luta, a nossa perseverança, a esperança de que isso vai acontecer e a gente não está brincando de lutar. Eu creio muito nisso. Mais uma vez, parabéns, Lionilda.

Agradecer ao Nereu que também contribuiu aqui com informações precisas. A Célia também que é uma grande companheira nessa caminhada e que representa um sindicato importante. Muitos envolvidos, os servidores, os trabalhadores também nesse processo serão transpostos.

Agradecer também ao Evaniel que veio dar a sua contribuição. Conte com a gente nesse caminhada. A gente está aqui justamente para isso. Esse mandato é uma ferramenta de luta para que a gente possa abrir portas, para que a gente possa fazer o debate juntos; e problemas existem para serem resolvidos, não é?

A gente vem para esses espaços de poder justamente para resolver problemas, para lutar, para amenizar o sofrimento do nosso povo trabalhador. Então, eu fico por aqui, encerrando a nossa Audiência Pública, fazendo o compromisso de dar os encaminhamentos que aqui ficaram registrados.

E, invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, agradecemos a presença dos componentes da Mesa

Diretiva, agradecemos a presença de todos nessa ilustre solenidade, e declaro encerrada a presente Audiência Pública, desejando uma excelente noite a todos vocês e também agradecendo a todos que acompanharam de forma remota/virtual e através da televisão.

Obrigada.

(Encerra-se esta Sessão às 17 horas e 47 minutos)

(Sem revisão dos oradores)